

SESSÕES DO PLENÁRIO

129ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de dezembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MACELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, Joseildo Ramos, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(48)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Rogério Andrade comunicando que, por motivo de saúde, esteve ausente na Sessão do dia 15/12/2015, conforme atestado médico apresentado.

Do Deputado José de Arimatéia comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 14 e 15/12/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar ao Pequeno Expediente gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 118ª, do dia 25 de novembro de 2015; 123ª, 126ª e 127ª dos dias 09, 15 e 16 de dezembro de 2015; das sessões especiais: 79ª, 82ª dos dias 10 e 15 de dezembro de 2015; da 20ª sessão extraordinária do dia 15 de dezembro de 2015.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovada.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados.

(Lê) *“Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar a seguinte matéria: Requerimento de Urgência nº 8.617/2015, para o Projeto de Lei nº 21.660/2015.”*

Defiro o requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.(**Oradores inscritos**)

Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. e Srªs Deputadas, Srs. que nos assistem através da *TV Assembleia*, Srs. das galerias, Srs. da Imprensa e Srs. Funcionários.

(Lê) “Nunca tive o meu nome citado em nenhuma revista de quadrinhos como valentão ou covarde.

Quem tiver os seus surtos de valentia, que os reserve para ocasiões fora dos holofotes deste poder, ou distante das plateias dos deixa disso.

Não tenho nenhuma maior preocupação com as minhas ações, pois delas tenho controle. Mas não posso dizer o mesmo quanto às minhas reações. Estas, normalmente, podem estar eivadas de emoções ou submetidas à privação dos sentidos.

Quem não tiver preparo intelectual ou equilíbrio para os embates desta casa, deve se recolher a outras atividades, passando distante do Parlamento.

Quando cessam os recursos da oratória, alguns acham mais fácil ou conveniente lançar mão de violência física, que são reveladoras da falta de preparo para a convivência no parlamento, ou, até mesmo, à convivência social. A prerrogativa constitucional da imunidade parlamentar não é para dar amparo a agressões, mas a permitir ao parlamentar o livre exercício do poder de representação que o mandato reclama e lhe confere.

Não vou deixar de dizer o que penso, não vou afagar ditadores por causa de suas truculências e meras bravatas.

Não conheço a sensação que proporciona um estado de ansiedade traduzida por receio ou medo”.

E quero repetir: Não conheço a sensação que proporciona um estado de ansiedade traduzido por receio ou medo.

(Lê) “Só tenho receio de comprometer a minha liberdade, é o único medo que tenho, mesmo que seja em legítima defesa da integridade física ou da honra.”

Quero repetir: Só tenho receio de comprometer a minha liberdade, é o único medo que tenho, mesmo que seja em legítima defesa da integridade física ou da honra.

(Lê) “Não agredirei, peço a Deus que me livre dos agressores covardes. Sou contra a violência física, mas não a tolerarei em nenhuma circunstância.”

Muitos são aqueles que os valentões podem eleger para perpetrar a sua violência. Eu chamo a atenção que talvez escolhendo Targino Machado esteja escolhendo a pessoa errada.

(Lê) “Como amante das liberdades, ando sozinho, desprovido de cautelas.”

Não me preciso acautelar, porque não quero viver triste, prisioneiro da mediocridade daqueles que não têm recursos, chegam a esta Casa sem preparo intelectual, sem preparo emocional, sem equilíbrio e, repito, não é por isso, por causa de ameaças que vou mimar ditador.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra minha querida deputada Luiza Maia por cinco minutos, antes, porém, de inciar a sua fala, gostaria de parabenizar pelo seu aniversário no dia de ontem, que Deus a ilumine e lhe dê muito e muitos anos de vida.

A Sr^a LUIZA MAIA: - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, quero agradecer desta tribuna os parabéns dados pelo presidente Marcelo Nilo. Mas quero, Sr. Presidente, registrar a minha alegria pelo fato de a presidenta Dilma ter tomado coragem e ter demitido o ministro da Fazenda Joaquim Levy. Desde o início que fazíamos esse apelo e, em algumas manifestações das quais participou aqui na Bahia, sempre fiz coro, desde o congresso do nosso partido pedindo a Dilma a exoneração daquele ministro.

O ministro é representante do mercado, dos banqueiros, fez uma política para prejudicar a classe trabalhadora neste momento de dificuldade, de crise no mundo, mas ela soube ouvir o clamor das ruas. No dia 16 voltamos às ruas para dizer para Dilma que estamos com ela, mas não aceitamos essa política econômica. Graças a Deus, ela atendeu e agora é recuperar o apoio do povo. Foi o povo quem a colocou na presidência. No dia 13 os “coxinhas” fizeram a sua manifestação, frustrante, derrotados, uma demonstração de que o povo brasileiro está acordando para esse momento de dificuldade e de ameaça a nossa democracia, e eu também quero aqui deixar registrada a minha satisfação e a minha felicidade por essas medidas.

Agora é mudar essa política econômica. Dilma botou um ministro banqueiro, representante do mercado, não teve apoio de um do lado de lá, nem um empresário foi

apoiá-la. E perdeu o apoio de quem esteve sempre junto com ela, que são os trabalhadores, as mulheres, os jovens, os grupos sociais que melhoraram de vida a partir do projeto do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, a partir de 2003 com o presidente Lula.

Sabemos que a crise política, que os “coxinhas”, que a direita, que o PSDB, que o DEM, que parte do seu PMDB de Cunha estão fazendo neste Brasil, ali tem recado certo. Eles querem ver se essa crise política se mantém para prejudicar e dificultar a solução e a saída da crise econômica para ver se em 2018 Lula não retorna.

Mas a gente já viu algumas pesquisas mostrando o seu crescimento, e eu não tenho mais dúvida de que a presidenta Dilma vai recuperar o seu prestígio, o apoio do povo, do trabalhador, das trabalhadoras, das mulheres e da população que sempre foi beneficiada com a política e com o projeto de transformação deste Brasil. A política era a de crescer e desenvolver o Brasil ao incluir os seus cidadãos, fato que antes não acontecia.

E por falar nisso, amanhã a presidenta Dilma estará em Camaçari, se não me engano, às 11h30min., inaugurando mais quase duas mil e poucas casas do Programa Minha Casa Minha Vida que tem sido um dos programas mais importantes do nosso Partido e do seu governo.

Então, presidente, quero aqui deixar registrado que as vitórias, também, no Supremo Tribunal Federal foram importantes. O *impeachment* já era. O próprio tribunal entendeu que não dava para o Cunha, um bandido presidindo a Câmara Federal e denunciado e comprovadas as suas falcatruas, continuar, lá, posando de bom moço, a pedir, inclusive, o *impeachment* de uma presidenta que tem uma história.

Dilma pode ter errado na política, pode ter errado na economia. Porém, no que tange à economia, ela se equivocou quando colocou, principalmente, Joaquim Levy no comando. Mas Dilma tem uma história de vida limpa, correta, coragem e lisura. Isso é dito por todos neste Brasil.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para concluir.

A Sr^a LUIZA MAIA:- As coisas precisavam ser arrumadas – não é, deputado Hildécio? – e não podia ficar dessa forma.

Então, a gente encerra o ano mesmo difícil, pois foi um ano de muita dificuldade e de muita luta. Mas encerramos o ano com a esperança e com uma luz no fim do túnel de que vamos sair desta crise. O Brasil voltará a crescer. A presidenta Dilma recuperará o seu prestígio. O projeto do Partido dos Trabalhadores retomará com toda a força.

O Sr. Sandro Régis:- Vai sim!

A Sr^a LUIZA MAIA:- Dilma recuperará o seu prestígio sim, deputado Sandro Régis, e V.Ex^a verá isso acontecer.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para concluir.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Então, como não tenho mais tempo, aproveito para

dizer que, amanhã, ainda haverá sessão. Mas, mesmo assim, se não aparecer aqui, Feliz Natal.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, queria registrar meus parabéns à aniversariante de ontem, a deputada Luiza Maia.

Passo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, ao deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, minha nobre e cara deputada Luiza Maia, V.Ex^a pode ter a certeza de que não sou do mesmo PMDB do deputado Eduardo Cunha. Não sei se V.Ex^a pode dizer o mesmo em relação a José Dirceu, a Vaccari Neto. Mas posso lhe afirmar isso, até porque já falei, algumas vezes, desta tribuna que não concordo, em hipótese nenhuma, com o que está acontecendo. Aliás, acho que, de fato, Cunha já deveria estar fora não só presidência da Câmara de Deputados, mas fora da própria Câmara dos Deputados.

Infelizmente, em nosso País, tem acontecido coisas que nos deixam estarrecidos. Mas também, como já falei aqui e não me canso de falar mais uma vez sobre isso. Infelizmente, tudo isso foi coordenado e liderado pelo seu partido, o Partido dos Trabalhadores, que, ao longo desses 10 anos, fizeram as coisas acontecerem. Como falo sempre, contra fatos não há argumentos. E é, até, desnecessário ficar, aqui, repetindo essas coisas.

Vou torcer para que isso seja verdade e aconteça, ou seja, que a presidente Dilma se recupere, que o Brasil dê uma guinada, porque do jeito que está, sinceramente não pode ficar de jeito nenhum.

E quanto ao ministro Joaquim Levy, acho, na verdade, que ele foi muito paciente; até porque o ministro-chefe da Casa Civil, o ex-governador da Bahia, Jaques Wagner, declarou, em alto e bom som, que a grande responsável pelos encaminhamentos da política econômica no País é a presidente da República e não o ministro. O ministro era um simples executor das ordens da presidente.

Então, vamos pedir a Deus que a troca do ministro também faça com que a presidente da República mude a sua forma de pensar e mude a sua forma de agir.

Portanto, este é o nosso desejo e quero deixar isso registrado para todos.

Srs. Deputados, eu tive a alegria e a satisfação de, hoje pela manhã, participar da posse do novo presidente Raimundo Costa no comando da Federação dos Pescadores do Estado da Bahia. O querido amigo Raimundo Costa, ex-presidente da Colônia de Pescadores de Valença, tem uma larga experiência nesta atividade.

Inclusive, Raimundo Costa já era o atual vice-presidente da Federação e companheiro do ex-presidente, o guerreiro José Carlos da Pesca. Este último tem uma folha de serviços prestados à atividade pesqueira na Bahia e, hoje, encerra o seu mandato e passa a responsabilidade para o querido companheiro e ex-presidente da

Colônia de Pescadores de Valença, o nosso amigo Raimundo Costa. Temos a absoluta certeza de que Raimundo Costa será, também, um guerreiro em defesa dos interesses dos pescadores na Bahia assim como foi Zé Carlos da Pesca.

Aliás, a categoria dos pescadores, também, durante o ano de 2015, foi, frontalmente, enganada pelas promessas da presidente da República que, em uma canetada só, terminou por anular ou encerrar uma série de benefícios que os pescadores do Brasil tinham conquistado sob o comando deste guerreiro que é o nosso querido companheiro José Carlos da Pesca, ex-presidente da Federação dos Pescadores do Estado da Bahia.

Portanto, queremos, aqui, parabenizar o novo presidente Raimundo Costa e, também, felicitar o Zé Carlos da Pesca por sua folha-corrida de serviços prestados aos pescadores do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, queria registrar, no dia de hoje, a minha preocupação com o fechamento das atividades do posto de atendimento do Banco do Brasil em Canudos.

Hoje, recebi diversas manifestações da população da cidade de Canudos que mostram a preocupação com o fechamento do posto de atendimento anunciado. Informou-se que as suas atividades se encerrarão no dia 25 de janeiro. Isso acontece de uma forma rápida, sem conversa e deixam os comerciantes, a população e os aposentados preocupados.

Isso acontece em um momento crítico, deputado Adolfo Viana, pois V.Ex^a, também, é votado no município. Canudos e todos os municípios atravessam este momento crítico e esta grave crise econômica em nosso País, crise que tem levado os municípios e a população a passar por sérias dificuldades financeiras.

Canudos atravessa duas crises: a econômica que todo o País atravessa e a crise hídrica que tem assolado o nosso interior baiano.

Queria contar aqui com a sensibilidade do Banco do Brasil para rever a decisão de fechar o Banco do Brasil no município de Canudos, pois tal fechamento prejudicará, como disse, os comerciantes, a população, os aposentados que terão de se deslocar para o município de Euclides da Cunha, a fim de utilizar os serviços bancários.

Reafirmo, mais uma vez, que esta decisão traz um grande prejuízo à população e aos comerciantes, pois os clientes que se dirigirem à cidade de Euclides da Cunha utilizarão o comércio local, ou seja, utilizarão os serviços de Euclides da Cunha. Isso, certamente, prejudicará o comércio da querida Canudos.

Canudos é uma cidade de importância histórica, mas também tem uma

importância econômica por seu perímetro irrigado. Por conseguinte, tal cidade não pode ter este prejuízo e este presente de grego ao final do ano, qual seja, o anúncio do fechamento do Banco do Brasil em Canudos.

Então fica, aqui, mais uma vez, o meu pedido de explicação por parte do Banco do Brasil. Queremos saber o porquê do fechamento. Peço, ao mesmo tempo, que o Banco do Brasil tenha sensibilidade, pois Canudos não pode perder esta instituição tão importante para o município. Como disse, a população, infelizmente, é quem sofrerá. A população, infelizmente, é quem terá de se deslocar até Euclides da Cunha para realizar os seus serviços bancários. Isso prejudicará, como disse, a economia do município de Canudos.

Fica aqui o meu alerta às autoridades competentes para tomarem providências a fim sensibilizar o Banco do Brasil para o mesmo suspender a decisão de fechar o posto de atendimento do banco em Canudos. Esperamos que tal fechamento não ocorra.

Então, fica aqui o meu pedido.

Muito obrigado, Sr. Presidente Alex Lima.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Pelo tempo de até 5 minutos, com a palavra o deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Funcionários desta Casa, telespectadores que assistem pela *TV Assembleia*, há alguns dias, estive nesta tribuna para solicitar que esta Casa acompanhasse, de perto, o grave problema que estamos enfrentando até o dia de hoje, deputado Pedro Tavares, na Chapada Diamantina.

É uma verdadeira tragédia, deputado Targino Machado, o que está acontecendo já há alguns dias naquela região tão bonita e tão importante para o nosso Estado como a Chapada Diamantina, pois esta região tem passado pelo maior incêndio da sua história com a ameaça real e concreta de extinção de boa parte do seu bioma natural. São milhares e milhares de hectares incendiados. São diversas as espécies que sofrem com este incêndio.

Deputada Maria del Carmen, acho que já passou da hora de fazermos uma comissão suprapartidária nesta Casa em defesa deste problema. Esta comissão suprapartidária pode ser, até, conjunta com a Comissão de Meio Ambiente mas com o fim específico de acompanhar tanto o enfrentamento das ações quanto o planejamento para que estas tragédias não venham a destruir a Chapada Diamantina e outras regiões do Estado.

Eu sei que o governo do Estado tem feito a sua parte no combate contra este incêndio. Acompanhamos, pela imprensa, a quantidade de recursos envolvidos para amenizar este sofrimento desta parte da população do nosso Estado. Mas esta Casa não pode continuar omissa com o tamanho da gravidade que o tema exige, presidente

Adolfo Viana.

Nós não podemos fazer de conta que a situação já foi resolvida ou achar que, simplesmente, o tempo se encarregará de cuidar desta tragédia. Nós precisamos sentar com a comissão aqui na Casa e, tecnicamente, deputado Adolfo, traçar estratégias e metas para evitarmos, no futuro, o que está acontecendo hoje na Chapada.

Realmente, é interessante isso acontecer em uma época em que as maiores nações do mundo se reuniram na França para tratar dos graves problemas ambientais do mundo. E nós, aqui na Bahia, ainda, precisamos conviver com, talvez, aquele que seja o mais primitivo dos embates ambientais e das tragédias ambientais que são as queimadas.

Não podemos tratar desta tema de qualquer forma, pois sabemos que, vira-e-mexe, este problema das queimadas ocorre, aqui, em nosso Estado, deputada Ivana. Não podemos nos acostumar a isso ou, pior, fazer de conta que isso é desta forma e assim deve continuar.

Eu disse, também desta tribuna, que a principal causa destes incêndios e destas queimadas, pasmem, Sr^{as} e Srs. Deputados, é o próprio ser humano quem, involuntariamente, provoca. Mas devido à falta de campanhas preventivas e devido à falta de educação ambiental, sobretudo nestas áreas, há, ainda, indivíduos que insistem em jogar, por exemplo, pontas de cigarro ou fazer queimadas no fundo de sua casa ou, até, em seu roçado.

Não podemos continuar a ver uma tragédia deste porte assolar o nosso Estado!

É por isso, Sr. Presidente, que, na tarde de hoje, faço mais um apelo.

Queria pedir o apoio para a solução deste problema através das figuras do Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, do Líder do governo, deputado Zé Neto, e da Presidência desta Casa. Precisamos, o mais urgente possível, antes mesmo do recesso parlamentar, estabelecer esta comissão para acompanhar de perto esse grave problema que são os incêndios que têm destruído a Chapada Diamantina.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a palavra o deputado Marquinho Viana pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, em minhas andanças e viagens neste final de semana, porque viajo sempre às quintas ou sextas-feiras, estive em Ituaçu, onde fui agraciado mais uma vez com o Título de Cidadão daquele município, onde obtive quase 5 mil votos na última eleição. Queria aqui mais uma vez agradecer a Câmara Municipal e a população que me tem hoje como um filho de Ituaçu.

Em seguida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitando ainda a minha terra Natal, Barra da Estiva, pude observar que as obras, através do convênio com o governo do Estado, estão andando e em fase de conclusão, a exemplo da

pavimentação do bairro Alto México, obra da ordem de 600 mil reais. Lá pude perceber também a felicidade dos moradores dali, porque é um local muito pobre e que precisa de muitos investimentos. Em breve, inauguraremos a pavimentação da avenida principal, com recursos da ordem de 600 mil reais, com quatro mil metros de calçamento, com passeios, o que melhorará a qualidade de vida daqueles moradores.

Em seguida, estive no município de Rio de Contas, mais exatamente no distrito de Marcolino Moura, e lá conversei com os moradores, recebendo as demandas, como a iluminação da pista da entrada daquela localidade. A economia e o comércio daquele distrito são muito fortes. Sou um dos representantes e um dos mais bem votados ali e pude perceber que a comunidade está bem servida, ali corre dinheiro, o comércio é forte.

Na parte da noite, estive no município de Érico Cardoso, com a liderança Flávia, esposa do ex-deputado Robério Nunes. Participamos de uma festa religiosa, no povoado dos Brejos, e lá toda a comunidade me deu uma votação expressiva da ordem de quase mil e quinhentos votos. Lá eles estão precisando de muito investimento, porque o prefeito abandonou o município, e cuida dos interesses particulares dele. Estive lá com os vereadores Silvar, Lara, Lero e Carlinhos, o grupo está empenhado a disputarmos e ganharmos bem as próximas eleições ano que vem.

No domingo, pela manhã, participei de uma outra reunião, no município de Macaúbas, com o ex-prefeito e grande liderança Amelinho, na residência do Sr. Vá de Lindolfo, o vereador mais bem votado e também os mais de 50 pré candidatos. As pesquisas já mostram que o nobre Amelinho está com a sua liderança de quase 70% das intenções de votos dali do município. Pude perceber a grande liderança também que é o nosso amigo Vá de Lindolfo que, com certeza, será o candidato a vice-prefeito daquele município, que é um nome que todos aceitam e é um vereador muito atuante. E, ainda no final da tarde de domingo, deputada Ivana Bastos, V.Ex^a que viaja também, estive no município de Planalto com a grande liderança,...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Para concluir.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- (...) Dico, ex-prefeito do município e mais uns 7 vereadores no povoado de Inácio, onde também aconteceu a festa religiosa tradicional daquele município, pude observar a liderança fortíssima do ex-prefeito Dico, com Júnior, o presidente da Câmara; com Edmilson, Naum e todos os vereadores acompanhando o prefeito. E observei que é uma liderança querida no município de Planalto. Com certeza, em 2016, o povo elegerá novamente o nosso amigo Dico.

Então, nobre presidente, era isso que eu queria deixar registrado nesta Casa e dizer que o governo do Estado, além da pavimentação em Barra da Estiva, estamos também aguardando a conclusão das obras do estádio de futebol, o gramado já está em fase de término. E, com certeza, o governador irá inaugurar a pavimentação, duas praças, mais o estádio de futebol e mais 26 sistemas de água, juntamente com o Ponto Cidadão que já está concluído aguardando a sua inauguração.

Obrigado, nobre presidente, pela tolerância. V.Ex^a fica muito bem na cadeira de

presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Sr^a Deputada Ivana Bastos, Srs. Deputados, aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia*, senhores jornalistas, nossas taquígrafas que aqui estão como sempre ao nosso lado servindo de forma sempre competente, primeiro, eu queria parabenizar o deputado Alex Lima pela proposta que apresentou da tribuna desta Casa que foi o problema das queimadas que, hoje, atingem uma das regiões de maior biodiversidade do nosso Estado, uma região cantada e decantada em verso e prosa que é a Chapada Diamantina, reduto de tantos e tantas ambientalistas, sonho de tantos e tantas companheiros e companheiras. Portanto, aquela área merece uma atenção especial.

Temos visto o esforço realizado pela Secretaria do Meio Ambiente, mas creio que é o momento da sociedade como um todo entender o seu papel e a sua responsabilidade nesse processo. O poder público sozinho não conseguirá enfrentar essa que é uma das grandes tragédias.

Dizia o deputado Alex Lima que essa é uma das formas mais primitivas e, com certeza, impossível de ser aceita nesse momento em que vivemos. É preciso que busquemos alternativas, com estudo e atenção, para que encontremos soluções possíveis, evitando que incêndios como esse destruam importantes reservas.

Esse fogo já alcança outros locais, outros parques no Estado da Bahia. O parque, em Miguel Calmon, também já vem queimando há alguns dias. O fogo já havia sido debelado e voltou a irromper em outros locais. Portanto, há necessidade de que esta Casa esteja próxima porque esse é um problema aflige, que tem que ser suprapartidário. Precisamos juntos buscar a solução, inclusive, visitarmos a região para conhecermos de perto o que, de fato, está acontecendo. Mesmo no período do recesso, é possível que os deputados possam, através da Comissão do Meio Ambiente, da Frente Parlamentar do Meio Ambiente... O deputado Marcelino Galo está, hoje, em Mucuri fazendo um debate sobre o rio Mucuri, através da Frente Parlamentarista que ele preside nesta Casa e que é composta de tantos outros companheiros, está lá fazendo um debate. Não o estamos acompanhando em virtude de, hoje, ter votação aqui na Casa e, portanto, não é possível que fiquemos ausentes. O deputado já não poderá estar aqui nesta tarde. É um debate, deputada Ivana Bastos, levantado pela juventude da região, o que demonstra o compromisso desses jovens e a sua preocupação com a realidade. O deputado Robinho trouxe também aqui a denúncia, semana passada ou semana retrasada, do problema que está acontecendo na sua região, onde a dragagem do porto daquela região está trazendo problemas de poluição para as praias daquela bela região, que é a Costa das Baleias. E que, também, tem um santuário do ponto de vista ecológico. Portanto, esse é um problema que precisa ser equacionado, buscar soluções.

Neste restinho de tempo que me falta, Sr. Presidente, queria parabenizar o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura que, semana passada, no Dia do Engenheiro e Agrônomo, trouxe uma proposta de realizar a 75ª Semana Nacional de Engenharia e Agronomia do Brasil que acontece todos os anos envolvendo os profissionais da área da engenharia e agronomia para debater os principais problemas, levantar os problemas tecnológicos. E eles fizeram uma proposta que foi encaminhada ao governo do Estado e ao apoio do governo do Estado, à secretaria de Turismo, à governadoria e ao próprio governador, para que a Bahia sedie esse encontro. No mês de setembro, tive a oportunidade de representar a Assembleia Legislativa, com convite específico para esta Casa, em Fortaleza, num evento que envolveu mais de três mil profissionais. É extremamente importante para o turismo da Bahia que possamos realizar essa Semana da Engenharia e da Agronomia aqui no Estado da Bahia, na cidade do Salvador.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a palavra o deputado Fábio Souto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Queria cumprimentar o presidente Adolfo Viana, os Srs. Deputados, as Sr^{as} Deputadas, iniciaria minha fala falando sobre a economia do país, do nosso Estado, mas queria ratificar as palavras da deputada Maria del Carmen e do deputado Alex Lima, com quem conversava antes de subir a esta tribuna para fazer este pronunciamento. É preocupante essa situação da Chapada Diamantina, hoje são quase 50 mil hectares atingidos pelo incêndio, são quase 15 mil hectares dentro do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Já atingiu várias nascentes importantes para os rios do Estado da Bahia, sobretudo o Rio Paraguaçu, que é um rio responsável pela maior parte do abastecimento de água da cidade do Salvador, da região metropolitana e de outras cidades do nosso Estado. E não tenha dúvida nenhuma, deputada, essa é uma situação suprapartidária, temos que nos unir. O governo já vem fazendo esforços, mas acho que tem que fazer um esforço ainda maior, solicitar ajuda do governo federal, porque um incêndio dessa proporção poucos estados, efetivamente, estão preparados para enfrentar.

Mesmo esta Casa entrando em recesso, temos que ter aqui uma conversa, uma reunião, para ver, efetivamente, o que pode ser feito para que possamos contribuir para, efetivamente, melhorar a situação da Chapada Diamantina em relação aos incêndios. Queria me unir a V.Ex^a, deputada Maria del Carmen, e aos deputados que representam a Chapada Diamantina, para solicitar ao governo do Estado que, realmente, reforce o contingente de brigadistas, para que, efetivamente, possam combater o incêndio de uma forma mais adequada, e solicite ajuda ao governo federal.

Estamos falando muito no problema de Minas Gerais, porque é o maior desastre ambiental que já houve no Brasil. Mas nós temos que ter atenção para o que

está acontecendo na Bahia, o incêndio na Chapada Diamantina, que também é um desastre ambiental de grandes proporções.

Eu gostaria de aproveitar o restante do tempo e pedir que reflitamos sobre o projeto do funcionalismo público. Nós, nos últimos 3 dias, estamos recebendo quase o fechamento da economia do nosso País. Vamos ter um PIB de quase menos 3,7%, uma inflação de quase 10,7%, e mais de 1 milhão de pessoas que perderam o emprego neste ano de 2015. E não é isso que ninguém deseja.

Queremos que o Brasil volte a crescer, volte a gerar mais empregos, que baixe a taxa de juros e que as indústrias e o comércio comecem a recontratar. Mas, infelizmente, o cenário que estamos observando para 2016 não é esse. Vai ser um ano tão ruim ou pior do que 2015. Tomara que não, deputada Luiza. Eu não sou do tipo de deputado que gosta que a situação fique difícil. Eu quero que o nosso País saia dessa situação econômica e é por isso que mais uma vez eu chamo a atenção de todos.

Essa é a pior hora em que poderia ser implantado esse projeto do funcionalismo. Ele prejudica e tira as vantagens do funcionalismo público em um momento de grave dificuldade econômica para todas as pessoas que vivem no Brasil, que estão perdendo o emprego e têm sua capacidade de renda diminuída. Nós temos a oportunidade, no segundo turno, de refletir mais uma vez sobre esse projeto, que, realmente, na minha concepção, vai prejudicar o servidor público do nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, nobre deputado Fábio Souto. Com a palavra a deputada Ivana Bastos.

A Sr^a IVANA BASTOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, eu quero me associar ao deputado Alex Lima, ao deputado Fábio Souto e à deputada Maria del Carmen. Nós precisamos realmente unir forças e formar uma comissão nesta Casa para que possamos defender e ajudar a Chapada Diamantina. Uma prevenção, para que no ano que vem não fiquemos esperando para ver queimar tudo novamente e estejamos aqui, na mesma época, lamentando novo incêndio no que sobrar da Chapada Diamantina.

É preciso prevenir. E, na hora da dificuldade, esta Casa precisa se unir e começar a tratar estratégias, para ver o que pode ser feito. O governo do Estado, com dificuldade, mas com todo empenho, tem ajudado. O governo federal tem ajudado, mas ainda é pouco.

Eu, há pouco, olhava o *Facebook* e via os brigadistas queimados, havia um senhor com uma perna toda queimada. As pessoas ali são voluntárias. Fui a deputada mais votada de Palmeiras, no Vale do Capão. É dali que recebemos todos os dias uma foto, um comunicado, mostrando aquele lugar que passamos, a foto de onde estivemos na época da campanha, tudo verde, tudo muito bonito, e agora tudo muito seco e esturricado.

Então, quero me associar aos deputados. E é preciso que façamos essa ação, ainda este ano, antes de iniciarmos o recesso. Temos também situações não vou dizer graves, vou dizer gravíssimas, lá na região Sudoeste, onde estamos sem chuva há quase um ano, o rebanho hoje está sendo dizimado. Nós não temos na meteorologia nenhuma previsão de chuva.

É preciso ver com muita atenção a região Sudoeste, porque o rebanho está começando a morrer agora, estamos no auge da crise, deputado Targino, acho que lá para janeiro vamos ver a gravidade, porque a agricultura familiar ali não vai produzir nada. O capim, que era nativo, morreu. Vimos pequenos produtores que tinham 30 cabeças de gado, eu tive a oportunidade de conversar com eles na sexta-feira, 26 já morreram de fome. Ração não se acha para comprar, e a ração tem que ser a longo prazo, mas o dinheiro não dá.

Então, é preciso que o governo do Estado, que esta Casa, tenham um olhar especial para o Sudoeste da Bahia, pois a seca, gravíssima, começa assolar aquela região.

Aproveitando a oportunidade, eu quero registrar e parabenizar o município de Sebastião Laranjeiras, onde estive no último sábado, quando foi inaugurada a Praça Tiradentes. Uma praça de ciências, de aparelhos esportivos, onde foi feita uma confraternização de final de ano, um festival de guaraná. Quero aqui cumprimentar a prefeita Luciana Muniz e toda a sua equipe, cumprimentar todo o povo de Sebastião Laranjeiras.

Por último, quero dizer que foi um ano de dificuldades para a nossa Ferrovia Oeste-Leste, foi um ano de dificuldade para o nosso Porto Sul, mas nós vamos encerrar este ano com o último documento que faltava para a execução do Porto Sul. É o documento de supressão vegetal, esse documento foi elaborado e entregue ao governo do Estado pelo Ibama. No momento, nós não temos nenhum impedimento legal, não temos nenhum entrave que impeça que o Porto Sul seja construído.

Então, terminaremos o ano de 2015 com a certeza de que no ano de 2016 nós teremos um porto para ser construído sem nenhum impasse, sem nenhuma dificuldade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputada Ivana. Alguém mais no Pequeno Expediente? Ninguém mais.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Dando continuidade à sessão, concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, visitantes, servidores, presidente Luciano, hoje eu ouvi aqui, fora da emoção dos últimos dias com relação àquela PEC que nós estávamos debatendo e ao projeto dos servidores, diversas intervenções que elevam muito o nosso Parlamento.

Falou-se aqui, tanto da parte da Liderança da Minoria quanto da Liderança da Maioria, ou seja, de deputados vinculados às duas Lideranças, sobre esse episódio que vem acontecendo na Chapada Diamantina. Inicialmente o tema foi provocado pelo deputado Alex Lima e depois houve continuidade, com a deputada Maria del Carmen, o deputado Fábio Souto e, por último, a deputada Ivana Bastos. Ou seja, este é um papel significativo do Parlamento, de debater as questões do Estado baiano, independentemente dessa dicotomia, deputado Fábio Souto, que na minha opinião está superada na política brasileira, de governo e de oposição. Todas as intervenções que foram feitas com esse objetivo merecem todo o nosso respeito e temos que nos juntar à sociedade civil, às diversas instituições do Estado, para que possamos, de vez, fazer um trabalho para conter esse episódio lamentável na Chapada Diamantina, mas dar continuidade a um processo de conscientização da sociedade no sentido de preservar aquela região, que é uma das mais belas do nosso Estado e do nosso País.

Dialogando nesse sentido, quero aproveitar a oportunidade para dizer que precisamos trazer um debate a esta Casa sobre a valorização do Parlamento, e a primeira coisa que temos que compreender é que esse processo de governo e de oposição, essa divisão posta nas Casas Legislativas, está superada e coloca por baixo o Parlamento brasileiro. Fomos eleitos para servir ao Estado e, por conta disso, temos que debater os projetos e as questões, independentemente da hora do voto, com um respeito muito grande às posições.

Aqui, nestes últimos dias, vi diversos debates. Não sou de fugir da raia, não sou de fugir do debate, mas, é lógico, me inibiu bastante, não a presença de vários interessados nos projetos que estávamos debatendo, mas, às vezes, de uma forma até inocente, levamos a quem vem nos visitar a criar um certo ambiente de muita acentuação no olhar entre o deputado e o visitante nessas Galerias. E não podemos estimular essa situação. Precisamos respeitar as Galerias, mas as Galerias precisam respeitar quem aqui embaixo está. Não podemos estimular que essa divergência chegue a situações que aconteceram recentemente nesta Casa. Por isso, quero aproveitar este momento para que possamos fazer uma grande reflexão sobre a nossa postura nas Casas Legislativas.

Não tenho nenhum problema, deputado Fábio Souto, de debater e dizer que não é extemporâneo esse projeto dos servidores, é um projeto que estava passando da hora de ser debatido. Pode ser que nesse nosso olhar rápido sobre essas questões possamos cometer alguns erros, mas o objetivo do governador Rui Costa é acertar, no sentido de pensar a estrutura do Estado, não para ele, como governador, mas para o Estado baiano, porque o governo do nosso querido Rui Costa vai passar, mas o Estado permanece e obviamente outros virão, e este Estado não pode permanecer na situação em que se encontra hoje.

Quero aqui dialogar, no fundo, os pontos, nos quais haverá mudanças para os servidores, serão muito mais em outros poderes do que no Poder Executivo.

Chegou a esta Casa, hoje, deputada Maria del Carmen, o projeto de lei do Poder Judiciário que propõe a regulamentação do pagamento de férias. Quero debater este projeto, porque dizem haver uma verdadeira farra no Poder Judiciário com relação à questão de pagamento de férias. Se é verdade ou mentira, não sei. Mas o Poder Judiciário precisa vir para cá a fim de discutir o que, de fato, está acontecendo; assim como veio o PL do Ministério Público quando o governador nos chamou para uma reunião.

Quero participar de uma reunião com os representantes do Poder Judiciário para saber o que acontece, de fato, com as informações que temos recebido aqui. É inadmissível! As informações obtidas são as de que se vendem férias acima do regramento. Tanto assim que, na última semana, foi regulamentado o pagamento de férias no Poder Judiciário.

Não existe nada contra a pagar. Não posso ser diferente aqui. Se defendi uma tese, aqui, para o Poder Legislativo e para o Ministério Público, não posso ser inconsequente e não defender, no mesmo formato, para o Poder Judiciário e Poder Executivo. É preciso que venhamos conhecer o que, de fato, acontece nestas questões.

Por isso, preciso e quero debater mais amiúde esta questão.

Com relação ao que se fala aqui sobre as licenças-prêmio, podemos dizer, com muita tranquilidade, que ninguém quis tirar as licenças-prêmio dos servidores estaduais. O governador Rui Costa, em momento algum, quis tirar as licenças-prêmio daqueles que já estão no regramento atual para recebê-las; apenas, quis criar uma regulação para o pagamento delas, deputados.

Meu querido Antônio Henrique, o Poder Executivo, há muito tempo, não paga a licença-prêmio em valor pecuniário. O que acontece? Por exemplo, o servidor não tira a sua licença-prêmio e quando está próximo à aposentadoria, o servidor entra com o pedido administrativo. E quando lhe é negado, entra na justiça. Já há um entendimento na justiça de que essas licenças não gozadas terão, oficialmente, de ser pagas em dobro. Ou seja, muitas pessoas trabalham com esta perspectiva, deputada Ângela Sousa. Portanto precisamos criar uma regulação para isso.

Não sou contra o Estado premiar as pessoas pelo seu trabalho. Não podemos, à luz do prêmio, abrir as condições para que esse prêmio seja transformado em algo que não é, de fato, a origem da aprovação dessa premiação.

Com relação a algumas questões que debatemos aqui, a exemplo desse processo da estabilidade, é inadmissível a forma como está. Ora, meu Deus, isso é inadmissível. Eu não conheço em nenhum lugar da iniciativa privada – de onde venho –, as pessoas, porque trabalham durante dois ou cinco anos consecutivos em uma área de gerência acumulem aquilo para o resto de sua vida funcional. Isso não existe em nenhum lugar, não conheço nenhuma empresa em que exista!

Vejam, trabalhei na Petrobras 34 anos. Fui gerente da Companhia. Quando era

gerente, recebia o valor de gerente. Depois que deixei de ser, a única coisa que tinha era uma regra de transição para que você começasse a perder até que zerasse e voltasse ao salário normal. Por que é que no Estado tem de ser diferente?! Ou seja, eu, como dirigente sindical que fui, tenho orgulho - imenso! - e não quero tirar nenhum direito. Mas quero que as coisas sejam feitas como são para a maioria da população brasileira. Senão, quem paga depois a conta é a própria sociedade.

Não podemos admitir que 2% da população recebam um benefício que será custeado por 98% dela própria, isto é, acho que há outras maneiras de criar a premiação. Nada contra que o servidor bem avaliado, assíduo e responsável no seu trabalho seja remunerado, inclusive com uma participação ou premiação. Isso dentro dum regramento claro, transparente, sem que ele possa depor contra o Estado e os próprios servidores. É claro, que a situação não acontecia com a maioria. Era apenas uma minoria. Mas precisamos regulá-la. O governador, com uma visão de estadista, trouxe pra cá este debate. Por isso, acho que ele não é extemporâneo, mas atual e necessário para se consolidar uma nova estrutura do Estado.

Meu querido deputado Carlos Geilson, espero que no ano de 2016 possamos trazer a esta Casa este debate, um debate que a sociedade espera de todos nós, sem algumas colocações que, às vezes, nos levam a imaginar em que local estamos, deputado Alex. Por exemplo, estou convivendo faz cinco anos neste Legislativo. É o meu local de trabalho. Somos colegas de trabalho, e às vezes é doloroso você verificar aqui num discurso desnecessário algumas colocações aos deputados como se algum deles fosse subserviente a alguém. São feitas desta tribuna colocações que na hora, às vezes, a gente não fala aqui porque acabaria se apequenando a alguns discursos feitos. Eu não faço essas colocações para não me apequenar ao discurso das pessoas que usam esse tipo de procedimento.

Por tal razão, quero chamar a essa reflexão. Hoje vi uma entrevista do deputado federal Antônio Imbassahy na *BandNews*. Ora, meu Deus do céu! Ora, meu Deus do céu! Ele querendo justificar que o crime do ponto de vista de receber dinheiro, mesmo oficial, é do Partido dos Trabalhadores! E que o partido dele, se recebeu dessas empresas, recebeu dinheiro dum local que foi santificado, ou seja, veio da Igreja ou de algum lugar assim, tendo o papa chegado lá à Petrobras e dito “Esse aqui foi da corrupção. Mas esse outro aqui está abençoado por Deus, pode ir para o PSDB, enquanto o outro vai para o PT.” Ora, meu Deus do céu! Se tem dinheiro ilícito, tem pra todo mundo! E não acredito que seja ilícito do ponto de vista do financiamento das campanhas nem para o PT nem para o PSDB.

Acho que nós precisamos superar isso aqui. Não podemos trazer o debate da política de uma forma estreita, rasteira, como vi na entrevista do deputado Antônio Imbassahy. Tenho um grande respeito por ele, mas hoje ele chegou a dizer que os diretores da Petrobras foram indicados para roubar.

Ora, meu Deus, será que um presidente da República indicaria um diretor de uma empresa estatal para roubar, deputado Maria del Carmen? Essas foram as palavras do deputado Antônio Imbassahy, hoje, pela manhã, na *BandNews*.

Se é assim, o senador Delcídio, que hoje é do Partido dos Trabalhadores, que foi do PSDB, está sendo inclusive denunciado por ter recebido dinheiro pelo seu subordinado na época do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que é do PSDB, era diretor da companhia e foi ministro de Minas e Energia de Fernando Henrique Cardoso. Será, então, meu Deus, que Antônio Imbassahy está dizendo que também o Fernando Henrique Cardoso indicou diretor para roubar dentro da Petrobras? Senão fica parecendo que foi só do Partido dos Trabalhadores.

Esse debate, essa discussão apequena a política brasileira. Se tem algum problema com relação às questões éticas e às questões do ponto de vista da desonestidade, tem um local para ser tratado, não pode ser tratado no campo da política, como se quer fazer, para tentar-se aproveitar dessa questão.

Não sou eu que estou dizendo, os vários jornais da época falavam sobre o por que o metrô de Salvador não andava, que iniciou na sua gestão. Alguém fez essa pergunta, por que não andava, e ele respondeu que Fernando Henrique Cardoso, nos dois últimos anos, não colocou dinheiro, e Lula, nos 4 anos dos dois anos dele, também não colocou dinheiro, por isso ele não fez.

Ou será que não havia várias denúncias com relação àquele processo nesse período e, por conta disso, tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Lula estavam preocupados e precisavam resolver primeiro isso para depois saber como iriam fazer? São suposições. Lamento. Tenho um grande respeito pelo deputado Antônio Imbassahy, mas fiquei extremamente entristecido com as suas colocações, hoje, na *BandNews*, pela forma pequena de tratar a política.

Alguém que pretende ser deputado, senador, presidente da República, deputado federal, deputado estadual, vereador, não pode entrar nesse debate pequeno, estreito, que não leva a política para o local que a política merece. Tentam, deputado Carlos Ubaldino, criminalizar a política. Tenho dito isso aqui. Essa tentativa de criminalização da política acontece porque querem subordinar a política à economia e à mídia.

Quero encerrar dizendo que não podemos permitir essa tentativa de criminalização da política. Cada vez que utilizamos esse espaço aqui para o debate não ser um debate dentro de uma linha mediana que possa respeitar as diferenças, isso acaba ajudando àqueles que não querem a política como o único instrumento para resolver os problemas da sociedade. A economia resolve o problema do rico, mas só quem pode resolver os problemas do pobre é a política. É por isso que não querem que a política seja a singularidade da solução dos problemas do Estado brasileiro.

Li, outro dia, o artigo do meu querido amigo e jornalista Tasso Franco sobre a escolha dos principais parlamentares destaques nesta Casa. Achei que foi um elogio a minha pessoa, quando ele cita que eu talvez não tenha sido lembrado neste momento pelo fato de eu não gostar da imprensa livre. Não é! Eu defendo a imprensa livre, mas a grande mídia brasileira não é livre! Ela tende a um determinado interesse! Ela subordina os jornalistas a uma determinada situação. Esse debate nós precisamos superar. A democracia só será alcançada quando os jornalistas tiverem condições de

escrever livremente, rompendo, inclusive, essa relação hierárquica dos seus editores e dos proprietários dos grandes jornais e das grandes redes de comunicação.

Um outro formato que acontece na grande mídia, hoje, é a compra dos espaços, onde o jornalista é proprietário da sua fala. Essa venda dessa relação está subordinada a um outro interesse que não lhe garante a liberdade necessária para falar das coisas de uma forma com muita tranquilidade. Estou muito à vontade com essa questão, porque eu entendo que nós precisamos fazer esse debate sobre a imprensa. O deputado Carlos Geilson é um grande radialista da nossa imprensa que merece todo o nosso respeito. Quero dizer que precisamos superar... E é essa questão que, às vezes, levanto sobre a mídia.

Algumas vezes perdemos uma oportunidade imensa de valorizar as coisas positivas e a gente se apequena apenas nas coisas negativas. Quantas e quantas coisas boas estão acontecendo no Brasil? É disso, meu querido Tasso Franco, que tenho falado. Quantas e quantas coisas estão acontecendo pelo Brasil afora? Mas as manchetes dos grandes jornais só têm coisas negativas.

Outro dia... Eu viajei duas vezes para fora do País, mas eu gosto mesmo de ir para Itororó, de correr pelo meu interior. Numa delas uma pessoa me disse: “Rosemberg Pinto, parece que aqui a gente fala melhor do seu País do que vocês. Eu leio todos os jornais do Brasil, porque gosto de ler. Fui ao Brasil e vi tantas coisas boas, mas na leitura de fora parece que é um caos, parece que todo mundo está passando dificuldade, parece que está todo mundo sofrendo de todos os males, porque a imprensa assim publica internacionalmente.”

Para encerrar, meu querido deputado Luciano Ribeiro, quero dizer que essa pessoa me disse uma coisa simples, mas extremamente importante, deputada Maria del Carmen... Ele, quando esteve aqui fazia 12, 15 anos que não vinha ao Brasil, me disse: “Rosemberg Pinto, estou com uma alegria imensa de ter voltado ao Brasil e de verificar como o Brasil cresceu do período que eu saí.” E eu perguntei a ele: como é que você percebeu isso? Se você veio aqui para o interior?”. Ele respondeu: “É porque não vi ninguém descalço”.

Muito obrigado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou o líder do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Ubaldino:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 11 minutos o deputado Carlos Ubaldino.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o deputado Carlos Ubaldino, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. CARLOS UBALDINO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas,

amigos da Galeria Paulo Jackson, que nos prestigiam com vossas valiosas e magníficas presenças, nesta tarde, sejam bem-vindos a esta Casa, a Casa do contraditório, a Casa do povo.

Aproveito esse ensejo, querido deputado Carlos Geilson, da minha querida Feira de Santana – princesa do sertão, que nunca esqueceu de dar uma lembrança de cerca de 2.000 votos a este modesto deputado –, para abraçar o nosso querido povo de Feira de Santana e todos os baianos. Desejo um Natal repleto de muitas realizações, saúde, prosperidade e paz nas famílias da nossa querida Bahia.

Não podemos esquecer, neste momento, das chamas que campeiam ali na Chapada Diamantina. Que Deus mande dos céus a brisa do orvalho ou a chuva serôdia ou temporã, para acalmar as chamas na Chapada Diamantina. Muitas vezes existem coisas que estão ao alcance do homem, mas outras precisam da ajuda de Deus.

Passando por aquela BR, senti a fumaça e o calor das chamas do fogo no pico do Morro do Pai Inácio. O meu coração saiu dali sentindo a necessidade de uma urgência. Quantos animais sofrendo e perdendo a vida e os homens olhando sem poder nada fazer! Eu parei, naquele momento, e fiz uma oração, pedindo a Deus a sua misericórdia e a sua intervenção. O ser humano tem consciência do que faz, mas os animais não têm.

Neste momento, senhores, eu quero voltar os meus olhos para as grandes dificuldades que a nossa nação brasileira atravessa. Os grandes desafios que a presidente Dilma Rousseff enfrenta. Mas nada será insuperável! Com certeza, será superado.

No momento de crise, estava lembrando de uma frase bíblica, quando o povo, deputado Luciano Ribeiro, nos dias de Cristo, dizia, meu presidente: “Virá alguma coisa boa de Nazaré?” Ninguém acreditaria, jamais, que o Messias que ficaria na história da humanidade viria de Nazaré. Porque Nazaré era uma região pobre, desprovida. É isso, minha querida deputada Maria del Carmen. Fazendo esta analogia de Cristo vindo das regiões mais pobres de Nazaré, quando muitos não acreditavam, e Deus presenteia a Bahia com um homem das encostas da Liberdade, o governador Rui Costa. Temos a felicidade de hoje, a onze dias de completar um ano de seu governo, marcando a sua história pelo seu caráter, pelo trabalho, pela sua maneira de agir, pela sua humildade, voltando seus olhos para as encostas da nossa capital. Porque esse trabalho o soteropolitano, por certo, está pronto a reconhecer. Será lembrado quando chegar o período da chuva.

O período da chuva em Salvador traz preocupação a quem mora nas encostas da nossa capital. E o governador Rui Costa estendeu a mão ao soteropolitano, resolvendo atender às piores situações das encostas da nossa capital. Olhando para o metrô da nossa capital, que será o segundo maior do País, - São Paulo parece que tem de 80 a 100 quilômetros, e nós vamos ter mais de 40 quilômetros de metrô, minha querida deputada - a gente está vendo aqui essa Paralela sendo transformada pela ação de um homem que veio das encostas da Liberdade para fazer história na Bahia.

Quando o povo não acreditava que vinha de Nazaré um homem para governar Israel, Deus levanta. Um homem para mudar a história da religião do ser humano. E todos nós temos o direito de ter as nossas crenças. E, para nossa Bahia, ele traz como presente um governador que em seu primeiro ano deixa a sua história.

Amanhã, às 8h da manhã, será inaugurada mais uma estação do nosso metrô, que ficará nos anais da história da nossa capital. Tenho certeza, meu companheiro Aderbal – V. Ex^a que é de uma cidade sofrida, pobre, mas de um povo aguerrido, da região do nosso Semiárido – de que o governador Rui Costa já está olhando para a nossa BA 349, onde fará 44 quilômetros de estrada, de Olindina a Tobias Barreto, no valor de R\$22 milhões. Não existe preço que pague, em um momento de crise, em um momento de desafio, minha querida companheira Ângela, este governo ter a coragem de estender a mão para as encostas, para os mais pobres da nossa região do Semiárido. Isso só Deus, por certo, retribuirá com todas as bênçãos dos céus.

Por certo, marcarei presença amanhã, às 8 horas, meu querido deputado Zé Raimundo – figura que mudou a história de Vitória da Conquista em sua gestão e faz história nesta Casa, se destacando com os seus projetos, com a sua maneira de se conduzir, respeitando e sendo respeitado como um parlamentar de verdadeira honra, que traz uma maneira maravilhosa para que possamos seguir olhando para V. Ex^a como um espelho nesta Casa.

Quero dizer que aqui fica a minha palavra de apreço ao nosso mui digno governador, ao secretário Marcos Cavalcante. Hoje eu estava olhando o seu trabalho à frente da Infraestrutura do Estado da Bahia. Em um momento de crise vale a pena salientar, meu nobre companheiro, que ele tem lutado para dar a sua parcela de contribuição ao governador. Grande secretário, filho de um homem que marcou a história desta Casa, o nosso querido Murilo Cavalcante – eu era um dos que simpatizava com os seus belos pronunciamentos.

A Teologia nos dá condição, dentro das suas trinta e duas matérias, dentro da homilética, de aprendermos alguma coisa. Mas sempre fui de olhar as palavras de um certo homem. Nos momentos mais difíceis de sua vida passava as suas agonias e palmilhava a praia. E no momento ele olhava para o chão e via duas pegadas. E, ele passou num verdadeiro deserto e um par de pegadas desapareceu. E ele dizia: “No momento em que mais precisava destes companheiros, me encontro só neste deserto, e por certo não irei resistir.” Ele ouvia uma voz que ecoava e dizia: “Filho, estas pegadas que você está vendo não são suas, são minhas. Você está em meus braços. Sou eu quem estou lhe conduzindo, e este obstáculo você vai vencer.”

Tenho certeza que todo o brasileiro não deixa o pessimismo tomar conta, meu José Raimundo, dos nossos corações. O Brasil é um país vencedor. O Presidente Lula marcou história nesta Nação. Tenho certeza que Dilma Rousseff, passando momentos difíceis, Deus terá a porta de escape para o Brasil. Iremos vencer.

Um abraço para todos os baianos. Feliz Natal e um 2016 repleto de muita saúde, realizações e paz em suas famílias.

Veja que quando a gente diz para encerrar, meu querido Presidente, quando os

homens dizem: “Glória a Deus nas alturas, paz na terra e boa vontade de Deus para com os homens.” Não é “os homens de boa vontade.” É sempre Deus que tem boa vontade para conosco.

Um abraço do deputado Ubaldino.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:-Falará o excelentíssimo deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 6 minutos; este amigo que vos fala, por 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas não tive a oportunidade de ouvir todo o pronunciamento do nobre deputado Rosemberg Pinto. E não tive também a oportunidade de assistir e ouvir a entrevista do deputado federal Antônio Imbassahy. Por isso mesmo não vou entrar nesse mérito do que ele falou; se ele tinha razão ou não. O que me chamou atenção, meu caro deputado Rosemberg Pinto, foi – e fico admirado – o ímpeto, a vontade, a coragem, o desejo de defesa do governo que os deputados da Situação têm, e V. Ex^a tem sido um exemplo nessa direção. Mas não posso admitir que estejamos vivendo no País das Maravilhas. Não é possível!

Há alguns dias, falava aqui desta tribuna que nós políticos, os governantes do nosso país, e todos nós políticos, temos que ter a consciência de tomar conhecimento dos motivos que têm levado o nosso país a tamanha crise econômica, tamanha crise moral, tamanha crise política pela qual nós estamos passando. Acho até que se os políticos, se os governantes, se todos nós que exercemos mandatos, seja no Poder Legislativo, seja no Poder Executivo, se todos nós não tivermos a consciência de nos aprofundarmos na causa e nos motivos que têm levado o nosso país a tamanha crise, nós não teremos a humildade de reconhecê-la, e muito menos de tomar as providências para que possamos tirar o nosso país definitivamente desta crise pela qual nós passamos.

Vejam que nos últimos 20 anos nós vivemos até um período de normalidade econômica, de normalidade do ponto de vista da governabilidade, de normalidade do ponto de vista das relações políticas entre os poderes, mas infelizmente a crise que o nosso país atravessa está levando-o a uma tremenda confusão.

Eu disse aqui, há tempo atrás, que o nosso querido Caetano Veloso, em uma das suas canções, falava do avesso, do avesso, do avesso. Eu acho que é como o nosso país está. É a condição e a situação que o Brasil está. É essa confusão que não entendemos, que não sabemos onde estamos pisando. Portanto, eu acho que nós todos políticos temos, sim, que ter a humildade, de ter a compreensão do que se passa.

Ainda há pouco eu vi a nobre deputada Luiza Maia já com o semblante alegre porque a Presidente da República conseguiu recuperar 5 pontos apenas na avaliação

do seu governo. Como se isso já tivesse tirado o Brasil de toda a crise. Portanto, é essa falta de consciência do que de fato se passa no país, e que nós, por isso mesmo, não temos mergulhado na questão profundamente para que a gente possa de fato tirar o nosso país dessa crise profunda na área política, na área econômica, na própria moral de um modo geral. Nessa confusão que está havendo entre os poderes; nessa confusão toda que está havendo. Se toma alguma medida, e eu não quero aqui entrar no mérito se é Eduardo Cunha, se é Renan Calheiros, se é lá quem for. Mas, não há um certo respeito entre os poderes. Os princípios democráticos estão sendo afetados por toda essa confusão que nós estamos vivendo hoje no nosso país.

Portanto, meu nobre deputado Rosemberg Pinto, concordo em parte com o que V.Ex^a fala, mas, de fato nós não estamos vivendo no país das maravilhas. Eu não posso conceber que, nos dias de hoje, alguém estar calçado de sandália, de sapato, de tamanco, seja um parâmetro para a gente dizer que o país está bem ou não está.

Nós temos sérios problemas na educação, na saúde, na infraestrutura de um modo geral. E por isso mesmo, acho que por essa... Não estou aqui deputado Rosemberg, pelo amor de Deus, até admiro as suas falas. Mas acho que não podemos ser tão evasivos com relação as nossas comparações, com relação aos parâmetros com os que queremos avaliar o nosso país, e acho que tem jeito. Acho que se nós todos trabalharmos juntos com afinco, com vontade de melhorar.

Eu estou torcendo para que o Ministro Nelson Barbosa de fato consiga convencer a Presidente Dilma sobre quais são os caminhos para serem traçados no sentido de melhorar a nossa economia. Até porque é ela que é a Presidente da República, é ela que define essas políticas: seja na área econômica, seja na área social, seja em todas as áreas. O fato é que ela é a Presidente da República.

Nós ficamos aqui torcendo para que um dia possamos de fato reconhecer que o nosso país é o país das maravilhas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Eu só queria que fosse feita uma verificação de quórum para. O Sr. José Raimundo:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Pela ordem o deputado Zé Raimundo.

Antes, porém, queria pedir à V.Ex^{as} que aguardem até que o deputado Carlos Geilson utilize a tribuna, pois já estava inscrito. Então queria pedir essa gentileza. Farei a questão de ordem para verificação de quórum imediatamente após o discurso do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a poderá solicitar a verificação de quórum após o

pronunciamento do deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, recentemente as oposições no Brasil e o Movimento Vem para a Rua realizaram o “Esquenta *Impeachment*”, que, na verdade, mereceu a minha atenção e a minha crítica pois foi um movimento muito mal organizado. Foi um fracasso. Um movimento que não representa o grande número de brasileiros que são favoráveis ao impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Essa programação mal elaborada nos deixa com a pulga atrás da orelha, já que se fala tanto em impeachment e as pesquisas apontam que a maioria dos brasileiros deseja o impedimento da presidente, mas nas ruas não tivemos esse sentimento. Se não temos esse sentimento, fazemos a reflexão de que é porque aquele que substituirá a presidente em um impeachment, não tem credibilidade ou o seu partido não se credibilizou junto à sociedade brasileira. Ou então fica a dúvida de que talvez seja trocar seis por meia dúzia, não se vê e não se percebe uma mudança com a saída de Dilma e a entrada de Michel Temer.

Este é o questionamento que eu me faço, porque não se justificam aquelas manifestações no período da Copa do Mundo, manifestações que emparedaram o governo e que agora, quando os brasileiros que se autoproclamam, que querem defenestrar este governo, esses brasileiros não foram às ruas.

É inaceitável que uma manifestação dessa aqui em Salvador, pelas estatísticas, tenha apenas 500 pessoas. Na minha querida Feira de Santana em torno de 20 pessoas foram para a principal avenida da cidade, desfilar, pedindo o impeachment da presidente Dilma Vana Rousseff.

Se eu tinha alguma dúvida de que o impeachment poderia acontecer, se dissipou imediatamente. O impeachment não acontecerá, até porque, pelas decisões do Supremo a presidente ganhou força.

Vamos esperar que em 2016 as coisas se revertam na economia, a despeito de que os entendidos e economistas afirmam que teremos um 2016 muito mais difícil do que esse 2015, pela situação que estamos vivendo. Penso que estamos vivendo um verdadeiro dois mil e crise, porque ninguém aguenta mais o desemprego, um governo perdulário que perdeu a mão, que se perdeu, se lambuzou e hoje não sabe o rumo da nossa economia.

O governador Rui Costa sente esses reflexos aqui no nosso estado. Enredado por ter sido apadrinhado pelo ex-governador Jaques Wagner, se vê em uma situação de desconforto de vir a público e apresentar os números deixados pelo seu antecessor, que foram números terríveis! A Bahia foi muito mal-administrada, se gastou demais! Agora o reflexo está aí. A corda tem de estar esticando para o lado mais fraco e quebrou do lado mais fraco, justamente o do servidor público deste Estado.

De modo que este 2015 retrata não só, pelo que nós ouvimos daquele outro

secretário independente do governo Rui Costa, a exemplo do da Saúde, Fábio Vilas-Boas, que a Bahia foi pessimamente administrada pelo, agora, ex-governador Jaques Wagner, um administrador reprovado. Fala-se que em matéria de política é um bom articulista. Disso não duvido, mas como gestor está reprovado. E o que me deixa ainda mais preocupado é que ele hoje é a cabeça pensante da presidente Dilma Rousseff. Quem conhece Jaques Wagner que o compre.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Vou dar a questão de ordem ao deputado Zé Raimundo. E em seguida ao deputado Alan Sanches.

O Sr. Zé Raimundo:- Não, Sr. Presidente. Como ele falou, tem que retomar as questões.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- O deputado Alan fez uma questão de ordem pedindo verificação para a continuidade da sessão. Eu suspendi apenas. Ele fez uma ...

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Pois não, deputado.

O Sr. Alan Sanches:- Recebi o apelo de diversos deputados, pois está se costurando um acordo aqui entre a Oposição e o Governo para que possamos ter um entendimento na votação. Como cheguei desde às 14 horas e não tinha conhecimento de absolutamente nada, fiz a questão de ordem porque acho que deveriam estar os deputados neste Plenário quando for votado. Então, retiro a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Retirada a questão de ordem do deputado Alan Sanches. Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o ilustre deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo por 11 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, deputado Rosemberg Pinto, que dirige esta sessão, nobres deputados e deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, Imprensa, o corpo técnico desta Casa, nesta minha intervenção gostaria de trazer algumas considerações e informações sobre o mundo da política e das ações do governo na nossa região.

Começo parabenizando o prefeito Léo Gambá, de Presidente Jânio Quadros, pela bela ação que executou nesse final de semana, no sábado, dia 19, com a presença

do Dr. Paulo Costa, da Bahiafarma. Lá no município inauguramos uma unidade numa parceria do governo do Estado com a Prefeitura. Um espaço, diria, de altíssima qualidade. Uma estrutura relativamente pequena, mas confortável, obedecendo aos padrões técnicos para a conservação de medicamentos e também a sua dispensação aos usuários do SUS. É realmente um ambiente confortável para acomodar as pessoas que para lá se dirigem.

Na verdade, é a segunda unidade que inauguramos neste final de ano. No dia 30 de novembro inauguramos uma similar na cidade de Guajeru, cujo prefeito Gil Rocha e o seu vice Fernando estiveram lá em Jânio Quadros. Tivemos também a presença do Dr. Leonardo, vice-prefeito Jânio-quadrense. Enfim, os eventos contaram com as lideranças políticas e comunitárias e, sobretudo, com a presença da Bahiafarma.

É muito importante dizer que, apesar das dificuldades e dos desafios na Saúde, o nosso governo continua trabalhando, ao contrário do que a Oposição tem insistido aqui. Na verdade, o então governador Jaques Wagner deixou um elenco de obras encaminhadas, em andamento. E corretamente o governador Rui Costa tomou a decisão de que durante este 2015 a sua prioridade era concluir essas obras, dar-lhes o acabamento, tocando igualmente aquelas outras que ainda estavam no início no ano passado e S.Ex^a continuou agora durante este. Claro que com dificuldade, com a crise, mas mesmo assim em todas as comunidades rurais e urbanas por onde tenho passado tem tido ação do nosso governo.

Da mesma forma, Sr. Presidente, gostaria de registrar que na sexta-feira, 18, estivemos no município de Planalto, numa bela festa da formatura de conclusão da primeira turma do Ensino Médio no distrito de Geribá, a 45 quilômetros da sede municipal.

São ações, medidas, programas, projetos de governo que às vezes a Oposição não entende porque o governador Rui Costa está, graças a Deus, com uma excelente aprovação. Mesmo com esta crise, a população, quando a gente confronta e faz o debate, reconhece que o governo do presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores e dos aliados melhorou a vida das pessoas.

É claro que neste momento, conjunturalmente, estamos passando por uma recessão. Isso não é segredo, o mundo inteiro sabe. Lá o catingueiro sabe, mas ele sabe também das grandes e importantes conquistas que obtivemos ao longo destes 13, 14 anos. O Luz para Todos, o SAMU 192, o Mais Médicos, o Saúde da Família, que chega a todas as comunidades rurais desse meu sertão da Bahia, desse Semiárido que era esquecido. Temos ainda o Água para Todos. Em muitos municípios que tenho visitado é extensão de rede da Embasa, são sistemas simplificados de água da CERB igualmente com extensões de rede, são aguadas da Codevasf e do DNOCS, são pequenas e médias barragens! Enfim, isso é que tem dado vitalidade à visão desse projeto de que somos parte nesse processo político destes últimos 12, 14 anos no Brasil.

E por esse motivo, Sr. Presidente, tenho a convicção de que em 2016 vamos

fazer esse debate, essa discussão a partir de fevereiro, quando volta para a pauta no Congresso Nacional a questão do impedimento da presidenta Dilma. O Supremo Tribunal Federal já colocou claramente que quem quiser chegar ao governo federal vai ter que seguir os ritos constitucionais, os ritos legais. E, mais do que isso, terá de fazer também uma disputa eleitoral para que o povo brasileiro democraticamente escolha o seu caminho. Na base do golpe não dá!

Acho que é uma lição e um recado para todos nós. Nós que somos homens públicos, nós que somos dirigentes partidários e temos mandatos populares precisamos reconhecer a autonomia e o papel da política. Não podemos por uma circunstância econômica, uma dificuldade econômica, deixar que tentem derrubar por uma via às avessas o governante de plantão, qualquer que seja ele.

A democracia é um processo em que os cidadãos escolhem seus mandatários para representá-los pra que os seus anseios sejam aferidos nos programas e nas ações de governo. Pode haver descontentamento? Pode! Mas há um calendário legal, há as estruturas legais, e nesse momento é que a população vai ser consultada para dizer da continuidade ou não dos seus dirigentes.

Dessa maneira, por conta de um mal-estar econômico se querer mudar os rumos de um governo e da Nação não me parece correto, porque do contrário o capitalismo não teria sedimentado a democracia liberal. E o capitalismo é simultaneamente um sistema econômico que durante praticamente três séculos vem garantindo o funcionamento de instituições parlamentares, de Câmaras de Vereadores, de governadores. No caso do Brasil, da presidente da República, do Congresso Nacional, mesmo com as crises econômicas. Ora, a crise econômica está no âmago do capitalismo. Todos os teóricos sabem que periodicamente o capitalismo entra em crise. As crises estruturais de 25 anos, de 30 anos, as crises conjunturais de oito, dez anos e as crises circunstanciais de um ano, dois anos e, sobretudo, atingem esta ou aquela nação. No seu conjunto são instituições duradouras. É por isso que muitas vezes eu fico absorto de que os próprios liberais, os próprios seguidores do capitalismo não entendem e não defendem suas instituições. Se eu fosse um liberal, se eu fosse um burguês, eu defenderia o tempo todo a democracia liberal. Defenderia o parlamento tradicional, defenderia porque elas, historicamente, foram as ferramentas que construíram o sistema capitalista no mundo inteiro. Mas às vezes eu vejo liberais radicais tocando fogo, e vão acabar se queimando.

Eu acho que há grupamentos e lideranças liberais que agitam contra a sua própria ancoragem, contra o seu próprio porto seguro. Se eu fosse, por exemplo, o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, eu jamais defenderia o impeachment da presidente. Que irresponsabilidade! Ele deve discutir o modelo industrial para o Brasil voltar a se inserir no mundo. Ou mais do que isso. Ele deveria discutir a possibilidade ou não de um projeto nacional da indústria. E, neste caso, aí, sim, ele teria que ser igual a FHC, que defende a integração via monopólio, não defende a nação.

O governo Fernando Henrique Cardoso, e ele como teórico sempre disse que a

burguesia brasileira seria incapaz de construir um projeto nacional. E, por isso, ele sempre defendeu uma aliança dependente da burguesia nacional com o mundo do capital internacional.

Mas alguns liberais estão brincando com fogo. Da nossa parte, vamos defender, sim, um modelo de transição, um modelo que ainda nos marcos do capitalismo, da propriedade privada, seja capaz de distribuir renda, de fazer uma reforma agrária, de apoiar o pequeno produtor, de distribuir oportunidades com as nossas universidades públicas em ampliação, com os nossos IFBas, os antigos Cefets, que estão hoje qualificando jovens em todo esse País. Sobretudo na Bahia, são mais de 39. Levando a infraestrutura para que a população mais simples tenha acesso a uma água de qualidade, uma educação melhor, chegando inclusive nos pequenos povoados. É esse modelo que o presidente lula iniciou, que os partidos coligados, o partido como o PC do B que teve um papel extraordinário nesse momento, nesse episódio em Brasília.

A deputada Jandira Feghali, uma grande deputada, que vem se notabilizando por um discurso consciente, firme, em defesa dos princípios democráticos. É isso que a democracia precisa, de partidos de oposição, mas partidos responsáveis, para construirmos uma nação mais digna para o nosso povo.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância, eram essas minhas considerações nesta tarde, neste Parlamento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o Líder da Minoria, ou o Líder do PMDB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Simões Filho: - Por cinco minutos, falará o deputado Herzem Gusmão, e, por seis minutos, o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão por cinco minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO: - Sr. Presidente, caro deputado Fabrício Falcão, aqui, porque lá é também conhecido como Jean Fabrício, Sr^{as} e Srs. Deputados, colegas de imprensa, funcionários desta Casa, *TV Assembleia*, o Dr. Fábio Villas Boas esteve recentemente em Vitória da Conquista, o secretário chegou de surpresa no Hospital de Base. E nesse hospital, vendo a situação, os corredores repletos, sentiu que aquele grande equipamento pode e deve responder os anseios da cidade, atender às demandas não só da cidade, mas, também, de toda a região Sudoeste e até de parte do norte de Minas Gerais.

E estabeleceu uma meta denominada de Maca Zero nos corredores do hospital. E o Dr. Fábio, ao estabelecer a meta, Dr. Alan, disse que o não cumprimento da meta ensejaria mudanças radicais no time. E ele disse: “Não quero nem saber quem nomeou”.

Isso gerou um certo descontentamento, que nós estamos acompanhando. Antigamente o PT brigava nos bastidores. Antigamente o PT brigava atrás do muro,

hoje, o PT está brigando no rádio, na televisão. Os desencontros, deputado Joseildo, do partido, estão chegando à mídia. E na Rádio FM de Santo Antônio de Jesus, o Dr. Jorge Solla, se o Dr. Fábio foi duro em Conquista, o Dr. Jorge Solla, deputado federal e ex-secretário da Saúde do município de Vitória da Conquista e do Estado, foi mais duro ainda.

Mas a nossa preocupação não é com o desencontro de 2 médicos que entendem de saúde. É que a meta só será batida e alcançada se a Prefeitura fizer o dever de casa. A cobertura do Programa de Saúde da Família, da atenção básica, que serve para equilibrar, reduzir a pressão hospitalar em Vitória da Conquista, é de apenas 40%, lembrando que quando o PT se instalou em Conquista, na época do presidente Fernando Henrique Cardoso, em que o Dr. José Serra era ministro, Conquista foi dotada de 33 equipes. Nos governos do presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff mais 6, chegando a 39, e, agora, mais 3, totalizando 42 equipes.

Quando estabelecemos uma comparação entre o governo do PT em Conquista e o de ACM Neto, que é considerado o melhor prefeito do Brasil, o pessoal, às vezes, não gosta, mas não tem como não gostar. Aqui em Salvador, o prefeito Neto pegou a Prefeitura com 105 equipes de saúde da família, hoje já há 217, e a cobertura é insignificante, ainda. Ele deu um salto extraordinário, dobrou as equipes, mas chegou apenas a 26% da cobertura do Programa de Saúde da Família, tão importante, essencial, para reduzir a pressão hospitalar.

Nós esperamos que a Prefeitura de Vitória da Conquista acompanhe o Dr. Fábio Vilas-Boas. Ele deseja estabelecer uma meta, e ele vai cumprir pelo menos a obrigação e a parte do Estado. E a Prefeitura de Vitória da Conquista precisa acompanhar. Nós precisamos, pelo menos, hoje, para realidade de Vitória da Conquista, deputado Fabrício, de pelo menos 80 equipes. Temos apenas 42.

Portanto, estou fazendo esse registro em relação aos desencontros, as farpas trocadas, de que a Bahia tem tomado conhecimento, entre o ex-secretário e o atual secretário da Saúde. Mas quero parabenizar o Dr. Fábio por estabelecer metas. Ele vai cobrar em 6 meses, dizendo ele, sob pena de trocar equipes. E disse categoricamente: “Não quero nem saber quem nomeou”.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Houve uma pequena inversão. Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de 6 minutos, de acordo com a solicitação de inversão com o nobre deputado Pablo Barrozo.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, Sr. Presidente. Deputados, deputadas, demais cidadãos que nos acompanham através da *TV Assembleia*, estamos findando mais um ano aqui, nas últimas semanas, acredito que dia 28 talvez até 23 possamos finalizar mais um ano de muito trabalho nesta Casa Legislativa.

Na verdade, queridos amigos, o que me chamou a atenção foi ontem, quando

estava passando as vistas nas notícias e, na sexta-feira também, um comunicado do Sindicato dos Médicos informando da solicitação de demissão coletiva dos colegas do Hospital Carvalho Luz por falta de condição do pagamento, falta de repasse do Estado que em cadeia levava à falta do pagamento dos médicos, dos servidores daquele hospital.

Seguindo essa mesma sequência, há uns 20 dias, todos aqui sabem, fomos surpreendidos também por um abraço simbólico do Sindicato dos Médicos na maternidade de referência do Estado da Bahia, de referência do Nordeste, por causa da falta de pagamento, fechamento de leitos, que é real, há uma diminuição, demissão de funcionários, demissão de médicos, diminuição do quantitativo de todos os funcionários daquela unidade por falta, novamente, do repasse da Secretaria de Saúde do Estado. Mas não acaba aí.

Fomos, mais uma vez, surpreendidos por um hospital que ganhou, agora, o prêmio, no ano passado, que foi o Hospital do Subúrbio, também com a diminuição dos seus quadros, demissão de médicos, demissão de funcionários, e mais ainda, o que me deixou mais estarecido foi que pela primeira vez aquele hospital, que ganhou prêmio da 1ª PPP aqui no Estado da Bahia, ganhou um prêmio de excelência, e o que acontece? Este ano já informou aos seus funcionários que só pagará 40% do 13º no mês de janeiro, ou seja, não pagará o 13º dessas famílias que trabalham no Hospital do Subúrbio por falta de repasse do Governo do Estado.

Aí volto há um mês nas notícias, quando a própria Secretaria de Saúde do Estado informou que economizou 300 milhões. Hoje escutei uma entrevista do governador, que estava triste, mas, ao mesmo tempo em que ele agradecia aos servidores público faltou ele informar o presente de agradecimento que ele daria. - Quero agradecer aos servidores públicos, a todos que estão nos ajudando, mas vou dar um presente – faltou isso, - acabar com a licença prêmio, acabar com a venda de férias, vocês hoje vão trabalhar de uma forma mais agradecidos a mim porque vou dar esse presente a vocês. Faltou isso!

Então, a gente vai e volta quando diz que o Estado é bem administrado, quando fala de uma economia de 300 milhões e não paga, falei aqui a semana passada, e cada dia vai ser uma notícia de que não paga aos seus representantes. Ele faz a PPP, faz as licitações com os hospitais para dizer que está funcionando e não paga os serviços prestados. É isso que não consigo entender e ainda há colegas aqui que querem dizer que isso é uma boa administração, gente! Não é possível que as pessoas não enxerguem!

Da mesma forma que a Secretaria de Saúde, deputado Herzem, está solicitando atingir algumas metas lá em Vitória da Conquista, e em outros lugares vai ser também da mesma forma, as secretarias também deveriam ser solicitadas, exigidas esse cumprimento de metas,... - dando calote nos hospitais, fazendo com que um dos serviços mais importantes para o cidadão, que é a saúde, dando calote. Isso é calote, gente! Falta de pagamento do que foi acordado é calote! E o que acontece? Os hospitais, os serviços médicos, por não ter condição de honrar, porque as folhas de

pagamento são enormes, você entra num processo de licitação, mensal é em torno de 3 a 4 milhões, se ele não paga isso, não tem quem aguento pagar seus funcionários. A culpa é do hospital? Não é. A culpa é da secretaria que não faz o repasse. Mas quem é que não paga à secretaria? É o Governo do Estado. E ainda querem dizer que a gente tem uma boa saúde. Falou também hoje o governador, estava triste na entrevista. Vá escutar de novo, deputada Luiza Maia, estava triste e a Senhora sabe que não é nem bem querida no PT. A senhora não fique defendendo, porque falam que não é bem querida lá. Mas, é assim mesmo, é da vida, fique tranquila.

Mas, para complementar, Sr. Presidente, o que eu queria dizer é o seguinte: temos que abrir os olhos. A Secretaria de Saúde, que diz que economizou 300 milhões, eu queria saber de que forma, e não paga. Foi o Hospital de Santo Antônio de Jesus, que não tinha falado, falei tanto há um mês e meio atrás, quando houve greve, pelo amor de Deus. Acho que o governo do Estado tem que tentar, antes de iniciar a realização, a produção, o empenho, como disse em Ilhéus que ia botar um hospital naquela região, é pagar o que deve. Só quero isso, primeiro o dever de casa e depois a gente expande.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou Líder do bloco parlamentar PTN/PROS/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 11 minutos o deputado Zó.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Zó, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, imprensa, público, funcionários, eu estou vendo muita gente falar em dados e é natural e eu, meu caro colega Alex Lima, trago aqui dados importantes, mais uma vez, sobre o Rio São Francisco, sobre o Lago de Sobradinho.

Eu acompanho diretamente e diariamente, porque esses dados meu colega Zé Raimundo, a mesma importância que a Chapada tem para determinada região, que outros sistemas, outros biomas têm para outras regiões, o bioma caatinga e o Rio São Francisco têm para nossa região. E, vivemos uma expectativa enorme em relação ao volume de água do Lago do Sobradinho.

E volto a falar sobre ele porque há pouco tempo São Paulo viveu um problema com o reservatório Cantareira, que chegou ao volume morto. Quero mandar um abraço para o deputado Luciano, que também teve uma votação expressiva naquela região. O Lago de Sobradinho chegou a 1,10%, meu caro colega Pedro Tavares, que também tem uns votinhos lá no São Francisco importantes e um trabalho importante na região. Felizmente começamos a receber água. Não é água ainda como nós

imaginávamos e no volume que recebíamos de anos anteriores.

E, para vocês terem uma ideia, a geração de energia, através das hidrelétricas que ficam no São Francisco, respondem por 96,86% do volume de energia produzido por hidrelétrica na região Nordeste. Desse volume, quase 60%, 58,20% é do Lago de Sobradinho, complementado pelo Lago de Itaparica e pelo Lago de Três Marias que é 31%, que fica em Minas.

Hoje, o Lago de Sobradinho está exatamente com 1,98%. É muito preocupante, apesar de já termos estado com 1,10%. Deve continuar subindo, porque estamos com uma fluência de 1.100 metros cúbicos por segundo e estamos com uma defluência de 919. Nosso colega Fábio Souto está muito interessado, porque sei que ele tem a preocupação com a região, tem votação, tem trabalho naquela região e está passando um pouco mais de água ainda nos pontos que são medidos pela CHESF nas regiões de Barra, de Bom Jesus da Lapa, está gerando energia ainda e só para de gerar quando baixar de 800, 700 ou 600 metros cúbicos já tem dificuldade de geração de energia. Só que esse volume de energia que começa a diminuir, prejudica muito a cidade de Sobradinho, que recebe ICMS em cima da geração de energia. O ano que vem será muito preocupante para Sobradinho, porque o mínimo que se liberava de água naquele lago era mil e trezentos metros cúbicos. Estamos com 900 metros cúbicos há pelo menos dois ou três meses. Ficamos quase o ano todo com mil e cem metros cúbicos e 900 metros cúbicos para segurar água para a irrigação no Nilo Coelho, Petrolina, Pernambuco, nossa vizinha cidade, e não prejudicar os projetos na área da Bahia, naquelas localidades de Juazeiro, Curaçá, Abaré, Rodelas, toda essa região. Se baixar de 800 metros cúbicos já não capta mais água para os projetos.

Então é uma ciência que a ONS e a CHESF estão fazendo para manter viva aquela região. Agora, nós temos de afluência nas Três Marias 500 metros cúbicos e de defluência 403 metros cúbicos. Em Itaparica, afluência de 890 metros cúbicos e defluência de 845 metros cúbicos. Então essa preocupação vai, colegas deputados e deputadas, para que possamos discutir com o governo do Estado uma complementação. Sei que o grande recurso deste País fica em Brasília, mas precisaremos de uma complementação de recursos para o grande projeto de revitalização da Bacia do São Francisco que o senador Otto Alencar está fazendo. O projeto compreende seus afluentes e a própria calha do rio São Francisco. Se imaginarmos que temos 300 milhões de emendas de Bancada no Senado, e 300 milhões de emendas de Bancada no Congresso Nacional, já é quase metade dos afluentes do São Francisco mortos, que não geram mais água para o Rio São Francisco e muitos deles já estão recebendo água de volta. É o caso do Rio Salitre, em Juazeiro, que é o rio que contempla Campo Formoso, Morro do Chapéu, diversas cidades da Bahia.

Então a revitalização desses rios, e temos experiência com pessoas da sociedade, como fez o fotógrafo Sebastião Salgado. Assim como, há cinco anos, um cidadão que cercou uma nascente do São Francisco, 70 hectares de área, e essa nascente, depois desse período, já começou a brotar água com muito volume

normalmente, com muito volume. Então vejo que é uma necessidade da própria sociedade fazer uma leitura.

O Sr. Fábio Souto: - V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÓ: - Tem o aparte V.Ex^a

O Sr. Fábio Souto: - Deputado Zó, V.Ex^a colocou uma questão muito importante. V.Ex^a é um representante ativo da região do São Francisco e falou sobre o projeto do fotógrafo Salgado. É uma coisa simples, deputado Joseildo. Qual a síntese do projeto? Ele cerca a nascente, concedendo ao produtor rural a madeira, a estaca, o arame e árvores nativas da região para serem plantadas ao redor da nascente. Esse projeto tem dado muito certo, ali na região do Vale do Rio Doce. Inclusive será replicado para recuperação, depois do desastre ambiental de Mariana. E é um projeto que pode ser copiado aqui no Estado para recuperarmos as nascentes do São Francisco e de outros rios.

V.Ex^a colocou uma questão muito importante para a revitalização das nascentes do nosso Estado e do Brasil.

Muito obrigado.

O Sr. ZÓ: - Agradeço e incorporo o seu aparte, deputado Fábio Souto. Se há uma coisa que une todos nós, aqui, é a defesa do meio ambiente. E nesse sentido não há a questão de posição ideológica ou política. Para o bem deste planeta, para o futuro das próximas gerações, das crianças e dos nossos filhos e netos, temos que abraçar esse programa de revitalização do São Francisco. E aí a sociedade vai dando os exemplos, como o fotógrafo Sebastião Salgado.

Estive em Bom Jesus da Lapa com o vereador do PCdoB, Romeu, e ele faz um trabalho desses numa fazendinha dele, na beira do rio São Francisco, uma coisa muito simples essa revitalização. Para V.Ex^{as} terem uma ideia, três dragas para fazerem toda a dragagem do Rio São Francisco, para ajudar a voltar boa parte da navegação daquele rio, custa exatamente 100 milhões de reais. Draga de ponta, coisa grande para não ficar colocando uma aqui e outra acolá. Três de porte, as mesmas que fizeram revitalização em outros rios do mundo, custa cada uma 30 milhões de reais para os senhores terem uma ideia.

Uma fábrica de floresta – e aí o senador Otto Alencar no seu projeto planeja duas fábricas de florestas–, custa algo em torno de 1 milhão de reais, fábrica essa que vai produzir mudas para revitalizar. Você vai fazer esse mesmo esquema, você vai cercar, você vai fornecer madeira e, a partir daí, a fábrica de floresta fará o replantio da mata ciliar desses afluentes, do próprio rio, dos riachos.

Então o que é, para quem planta soja, para quem faz fruticultura no São Francisco, pegar um determinado pedaço de área, tirar, da imensidão de onde é plantada a soja na região do Oeste baiano, tirar 70 hectares, cercar e plantar a mata ciliar e garantir o futuro deles mesmos, das próprias gerações dele que virão?

Então essa é a discussão que eu levanto para a sociedade e essa reflexão para que cada um e nós aqui como deputados e deputadas possamos fazer uma discussão.

Estou colocando isso, gente, porque trouxe uma lembrança da região para todos, um espumante de lá, que é fruto do Rio São Francisco, é fruto da água, fruto da agricultura irrigada. Aquilo que vocês comem, a fruta que você comem na mesa, vem de lá. E se perdermos esse rio, não somente nós da beira do rio, não somos que moramos lá que vamos perder, a nação brasileira, os países que recebem frutas também perderão. Quase 100% da manga exportada pelo Brasil é daquela região, mais de 90% da uva exportada pelo Brasil é daquela região. Nós produzimos cana-de-açúcar; temos a maior usina de cana-de-açúcar do Nordeste, produzimos álcool, produzimos tudo. Nós precisamos desse rio vivo.

Na próxima reunião da Comissão do Meio Ambiente, no ano que vem, precisamos discutir isso com muita força, abraçar este projeto, incorporar a nossa proposta de luta aqui nesta Casa.

Termino esse ano falando sobre o Rio São Francisco do mesmo jeito que comecei, com os mesmos problemas, mas com a esperança de que o rio caudaloso, o rio Obara, como é chamado pelos índios Cariris daquela região, possa voltar a ser um rio caudaloso. E são, às vezes, soluções simples como foi pontuada pelo deputado Fábio Souto, como foi levantada no nosso projeto, que podem fazer com que o nosso Rio São Francisco tenha uma vida longa para continuar contribuindo com gerações desse país.

Então um grande abraço e muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Parabéns, nobre deputado Zó.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, por todo o tempo, falará o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Joseildo Ramos para falar pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, todos os que nos ouvem e nos assistem neste momento, subo a esta tribuna para, mais uma vez, recuperar determinadas questões que foram levantadas e vêm sendo levantadas ao longo de semanas. E o motivo é um só, o terceiro turno das eleições nacionais. Por que terceiro turno das eleições nacionais? Em março de 2013, quando se verificou na estratificação de uma, ou de várias pesquisas, principalmente pesquisas do Instituto *DataFolha*, nada suspeito neste caso quando diz respeito aos interesses da maioria dos brasileiros, nada suspeito.

Então lá se dizia que quase 80% dos manifestantes exerceram, quando votaram, a preferência pelo senador Aécio Neves. Portanto, a grande maioria era defensora daquela candidatura que não logrou êxito na eleição geral de 2014. Agora, no dia 13, no dia do aniversário do AI-5, do malfadado AI 5, não poderiam, emblematicamente,

ter escolhido uma data mais funesta para brindar o povo brasileiro numa movimentação pífia. Mas que, nas suas entranhas, mais uma vez, as pesquisas deram parte da radiografia para dizer quem eram aqueles que foram às ruas mesmo em tão pouco número. Presidente, essas pessoas, em média, ganhavam oito salários mínimos. Isso não está sendo dito por este parlamentar, mas é um levantamento que estratificou quem estava lá se manifestando, pedindo o *impeachment*.

E aí voltamos para a história recente do nosso País e precisamos cuidar da nossa jovem democracia sob pena de vivenciarmos a volta do cipó de aroeira no lombo de quem mandou dar. Tivemos duas chances, Sr. Presidente, de ter o parlamentarismo neste País, em 1963 e, 30 anos posteriormente, 1993. E nas duas vezes o povo brasileiro rechaçou essa possibilidade. Porque aí teríamos o voto de desconfiança que cairia no gabinete daquele presidente no momento conjuntural que ele vivenciasse em desfavor da sociedade que aqueles representantes, aqueles gestores, estivessem de plantão nos seus governos. Pois bem, a nossa Constituição, a Constituição de 88, a Constituição Cidadã, ela é meio híbrida, ela tem pendores parlamentaristas no mundo presidencialista. E, no presidencialismo, não podemos banalizar o *impeachment*, que é um instrumento sério, um instrumento importantíssimo que, se banalizado, joga por terra a possibilidade de termos equilíbrio, de termos um tempo de aprofundamento da nossa jovem democracia.

Todos que sobem a este púlpito falam de aspectos conjunturais, de aspectos críticos, principalmente na nossa macroeconomia cujos pilares, hoje, ainda são sobejamente melhores do que aqueles quando Fernando Henrique Cardoso acabou de governar. As reservas eram pífiás. Aquele governante deveria estar preso naquele momento, porque vendeu a Eletrobras, um sistema importante numa nação em desenvolvimento, que se pretendia independente. Também acabou, defenestrou, com mais de 35 mil km operacionais de ferrovias. E o contrato de concessão, naquela época, não levava para aqueles permissionários que deveriam fazer retornar ao Tesouro Nacional, à Nação brasileira, a infraestrutura concedida em condições iguais ou melhores. Isso não aconteceu, infelizmente, não aconteceu.

A Vale do Rio Doce valia U\$110 bilhões, vou repetir, U\$110 bilhões, mas ela foi concedida a míseros 3,6 bilhões. E esse valor terminou sendo financiado pelo BNDES, dinheiro do consumidor nacional naquela época. Mas a mídia obsequiosa, a mídia caudatária da casa grande ficou silente, não disse nada. E, hoje, sataniza, demoniza o PT, o Partido dos Trabalhadores, que não mudou, o seu estatuto é o mesmo. A minoria petista que não seguiu a cartilha do seu partido, que melhorou e tirou o Brasil do mapa da fome, tem que pagar pelos seus erros. Eu arrisco, sem sombra de dúvidas e sem medo de errar, que somos a minoria que erramos e não deveríamos ter errado, mas a mídia obsequiosa da Casa Grande não se ocupa de nominar aqueles que chafurdaram na lama.

Aqui não estamos a defender essa situação, estamos dizendo em alto e bom som: o *impeachment* é algo grave! Elegemos uma Presidente e se o povo lá na frente não quiser seguir com essa cartilha, as eleições serão o remédio e não o *impeachment*,

por que aqui não se trata de um instrumento importante do presidencialismo, trata-se do terceiro turno, trata-se do tapetão, trata-se do golpe.

Hoje não se chama mais as Forças Armadas. Hoje chamaram um deputado cuja Procuradoria-Geral da República denominou de delinquente para poder perpetrar o golpe em desfavor da sociedade brasileira e daquele coletivo que formava a iniquidade nacional de mais de 50, 60 milhões de brasileiros que adentraram a classe média e ampliaram a renda do trabalhador e do trabalho, coisa jamais vista neste país, no mundo ocidental, que tirou o Brasil do mapa da fome. Isso em 12 anos, um verdadeiro milagre! O Brasil da inclusão social e o grande problema e o perigo que está por vir quando eles fazem a conta, é a perspectiva, a possibilidade de Luís Inácio Lula da Silva, o governante mais popular da história deste país, voltar para continuar com a mão bem faceja do Estado e melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

É dessa forma que fazemos por terra, uma diferença abissal dos 500 anos de observação da senzala e da Casa Grande, a estrutura de poder nesse estado que ainda vai na direção da manutenção do status quo, do status quo! De salvar a pele dos habitués, dos moradores da Casa Grande e nós estamos aqui a debater efeitos colaterais, consequências e evitando que o Parlamento que nós estamos todos os dias denunciando, não representa nem de longe, os seus três níveis de governo, a sociedade brasileira. Infelizmente, o Parlamento Brasileiro na Câmara de Vereador, na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional, representa nesse sistema exaurido, aquele que teve dinheiro para no mercado eleitoral, fazer a sua campanha.

Muitas vezes comprando voto, representando a si, às forças econômicas que não querem a emancipação do nosso povo. Até quando nós vamos aceitar isso? Por que a cada dia está rareando a presença no Parlamento Nacional dos verdadeiros líderes paridos nos movimentos nacionais e aqui, a cada dia, haja algodão para botar no ouvido, quando os parlamentares vêm clamar por impeachment que não é o remédio adequado. Quem tem que tirar a Presidente da presidência, são os votos dos brasileiros. Não podemos inverter esses valores, sob pena de nós estarmos deixando um legado para os nossos filhos, para as nossas futuras gerações de uma jovem democracia que, efetivamente, no andar da carruagem terá muita dificuldade de ser madura, de ser consolidada pelo bem do povo brasileiro.

Então, nós precisamos deixar de hipocrisia, deixar de meias palavras, deixar de subterfúgios, para tratar de temas tão importantes, tão fundamentais para a vida do nosso povo. Por isso, Sr. Presidente, é que nós, neste instante, viemos tratar dessa maneira essa questão, porque tragédia pouca não pode ser remédio para o nosso povo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do DEM para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Fábio Souto:- Para falar pelo DEM/PV, pelo tempo de 11 minutos o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):-Com a palavra o nobre deputado Luciano Simões Filho pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde a todos. Amigos e amigas parlamentares, nossos amigos do Canal Assembleia, presidente. Ouvi atentamente o discurso bem elaborado pelo deputado Joseildo Ramos e também o discurso do deputado Zó.

O deputado Zó, faz a lembrança da questão que está um pouco esquecida, que é a questão do São Francisco, trazendo uma palavra de esperança de que as coisas estão melhorando, de que Sobradinho voltará, é um pleito nosso, é uma vontade nossa. Mas que efetivamente, com certeza, devido à grave crise econômica em que o Brasil se encontra, o governo federal não consegue, efetivamente, colocar uma política de revitalização do rio.

Mas, eu gostaria de aproveitar esse tempo aqui na tribuna para falar de um fato que achei importantíssimo nessa última semana. Que trata justamente da queda do Ministro Joaquim Levy e a mudança do Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, que agora é o novo ministro da Fazenda. O Ministro Jaques Wagner, chefe da Casa Civil, fez a lembrança numa entrevista recente, de que quem faz a política econômica não é o ministro, mas sim a presidente da República. Ele afirmou com essas palavras, e eu tenho que concordar com o nobre ministro. Já que essa linha, realmente, o Ministro Joaquim Levy era um animal... um peixe fora d'água no governo petista. O entendimento dele de economia, de mundo, diverge muito do entendimento do Partido dos Trabalhadores.

Já o novo Ministro Nelson Barbosa é um sujeito mais alinhado com o pensamento do Partido dos Trabalhadores. Eu não concordo, e a minha Bancada do PMDB aqui segue o nosso entendimento de que essa linha inaugurada pelo ex-presidente Lula e reforçada pela então Presidente Dilma Rousseff, é um modelo equivocado de economia.

Ouvi com atenção as palavras do deputado Joseildo, entendo a defesa dele pelo governo que ele faz parte, o governo que ele trabalhou muito para eleger. Mas, eu não entendo muito essa lógica de transferir para o consumidor..., aumentar a base de consumo que você fará crescer o País. No meu entendimento tem-se que fortalecer as instituições, as empresas, para que elas assim possam dar liberdade no mercado e possam assim gerar riqueza.

Em todo governo petista vimos que o Brasil perdeu, e muito, na industrialização. O empresário é visto não como um parceiro do Estado, mas como aquela figura, realmente, que só explora os trabalhadores, no meu ponto, uma visão antiga, equivocada que não se adequa ao momento do Brasil do século XXI. A gente vê o processo da América Latina, os governos populistas que foram eleitos na Venezuela e na Argentina que estão mudando.

Essa lógica desse capitalismo populista, realmente, não é correta, não é uma linha que deva ser seguida. Se fosse uma linha correta, uma política econômica muito boa, não estaríamos passando pela situação que estamos. Eles querem dissociar, dizer

que não foram eles que fizeram isso, mas foram. Dois mandatos de Lula, estamos agora no segundo mandato de Dilma, e me parece, realmente, Joseildo, que o medo do *impeachment* foi estancado com a decisão do STF, que, no meu ponto de vista tem que ser respeitado, mas o deputado Eduardo Cunha também disse o seguinte: e se o Congresso não concordar com o julgamento do STF e a maioria, dois terços da Casa, tentar reverter? Não sei como vai ser essa confusão grande que já está por lá.

Mas fica aqui o meu entendimento. O Brasil sofre hoje as consequências das políticas econômicas impetradas pelo governo do PT, que quer transferir para os consumidores o crescimento do Brasil, o que já está mais do que provado que não vale a pena.

Reforço o pleito do deputado Alex Lima e de outros oradores que passaram por aqui hoje, sobre a questão da Chapada Diamantina, que é gravíssima. Sabemos que isto é um fenômeno de quase todo o ano, essas queimadas nessa região da Bahia, mas este ano está mais complicado que em outros anos. A seca, realmente, prejudica demais e faz com que essas queimadas tomem proporções maiores.

Com um aparte o nobre deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Em primeiro lugar, que parabenizá-lo, deputado Luciano, pelo belíssimo pronunciamento, e voltar à parte econômica a que V.Ex^a está se referindo. Tenho a opinião de que o Brasil perdeu muito com a saída do ministro Levy, que queria fazer uma política de gerar superavit, reequilibrar as contas do governo, transmitir de novo confiança ao mercado externo, internacional, e, sobretudo, fazer o que qualquer dona de casa, o que qualquer empresário tem que fazer: não gastar mais do que arrecada. Isso é o básico, que ele efetivamente estava imbuído de fazer. A presidência deu essa missão a ele quando o colocou como ministro da Fazenda, e esperamos que tenhamos pela frente um dia diferente do que tivemos hoje. O dólar já bateu em mais de R\$ 4, deputado Luciano Simões, transmitindo, num momento inicial, uma falta de confiança nesse ministro pelas posições dele no passado.

Torcemos para que o ano de 2016 não se caracterize pelo que estão mostrando todas as previsões – dos economistas, do setor bancário – com relação aos juros mais altos do que estão aí hoje, que já é o maior juro real do mundo, uma inflação alta, o número de desempregados aumentando, enfim, mais um ano difícil para a população brasileira. Sempre digo: se temos um problema, temos que procurar resolvê-lo, não se pode colocá-lo para debaixo do pano, e a impressão que o mercado está tendo é esta, que o governo não quer encarar o problema e o está colocando para debaixo do tapete. Isso é muito sério. Discordo dessa posição, os problemas têm que ser encarados, os problemas da nossa economia são seriíssimos. Não podemos conviver com essa taxa de desemprego aumentando, essa taxa de juros elevadíssima, e com a inflação, que é a coisa mais terrível para a população mais carente, porque corrói o seu poder de compra, e é isso que está acontecendo. Então, V.Ex^a está de parabéns por abordar esse tema importante, por abordar a sua preocupação em relação à economia do nosso País. Também divido com V.Ex^a essa preocupação, e que nossa economia

seja conduzida como as pessoas que têm responsabilidade querem que ela seja conduzida.

Muito obrigado.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Muito obrigado, deputado Fábio Souto. Fico muito feliz com a nossa concordância.

Entendo que a crise política é grave, em Brasília principalmente. Ela troca de ministro da Fazenda, porque quer botar um nome de melhor diálogo com o Congresso, quer refazer a repactuação da Base dela. O currículo e o papel que o então ministro Joaquim Levy tinha a função de fazer o PT não deixou que fizesse.

A única coisa que ela deveria fazer é ter um pouco de credibilidade com sua grande Base política, para tentar fazer as medidas do ajuste fiscal que não conseguiu fazer. Coloca Nelson Barbosa, que é um homem que tem a tesoura menos afiada do que Joaquim Levy, deixando um clima mais simpático com senadores e deputados.

Porém, esse clima de simpatia com os senadores e com os deputados não refletirá positivamente no dia a dia da população – como bem falou o deputado Fábio Souto – porque o maior problema que eu vejo é justamente a inflação, que pega mais pesado no bolso de quem ganha menos. Vamos lembrar que é no bolso de quem ganha menos que está a maior parte do desemprego deste País.

Minha colocação fica aqui. Acho que esta Casa também é para o debate das questões nacionais. No meu ponto de vista, a queda do então ministro Joaquim Levy foi o fato da semana, que se repercutirá no ano de 2016.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e a todos pela atenção no nosso pronunciamento.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT, Partido dos Trabalhadores, para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, falará por 4 minutos a deputada Ângela Sousa; a deputada Luiza Maia, por 7 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a minha querida deputada Ângela Sousa pelo tempo de 4 minutos.

A Sr^a ÂNGELA SOUSA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, companheiros que estão aqui, *TV Assembleia*, eu estava ouvindo do nosso gabinete, no início da tarde, sobre as queimadas que aí estão. Ouvi o deputado Alex Lima, depois a deputada Ivana Bastos, e vim pelo mesmo sentido.

Estamos com um problema seríssimo de queimadas, que estão acontecendo na área da Ponta da Tulha, exatamente no local onde pensam em criar o Parque Ponta da Tulha, numa área estadual, onde seria o Porto Sul..

Estamos vendo focos de incêndio lá, que precisam ser contidos pelo governo, urgentemente, pelos órgãos de fiscalização ambiental estadual, federal, como o Inema

e o Ibama. Precisam ser feitos o monitoramento e a fiscalização dessas áreas, disponibilizando para isso uma logística necessária ao trabalho das brigadas, combatendo incêndio florestal e também combatendo e embargando toda e qualquer ocupação em situação irregular, como está acontecendo lá.

Isso para nós é uma preocupação muito grande. A comunidade está preocupada com isso. É uma área turística muito importante e bonita do nosso município. Temos que correr para que não aconteça o que está acontecendo na Chapada Diamantina. Já tem mais de 40 mil hectares sendo destruídos.

Então, como representante daquela área, vim comunicar aqui, pedir ao governo do Estado, ao nosso governador, para que imediatamente seja banida essa situação. E os órgãos fiscalizadores estejam atentos, não só a esse incêndio florestal como também à invasão que está acontecendo naquelas áreas. Invasores favelizando aquela região, além do que também outros de condições entrando, porque ficam carros Hilux e outros carros grandes encostados naquele lugar se aproveitando da situação que lá está.

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a ÂNGELA SOUSA:- Com um aparte, o deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Quero parabenizar a V.Ex^a, deputada Ângela, como uma grande representante do sul da Bahia, por trazer a este Casa um problema preocupante – V.Ex^a que representa o sul da Bahia, como eu – que é a destruição dos últimos pedaços da Mata Atlântica no Brasil. V.Ex^a traz a sua preocupação, pede apoio do governo para que efetivamente aumente o efetivo de pessoas para combater o incêndio naquelas áreas. Isso é importante colocar. Hoje está numa área mais restrita. Solicitamos o apoio para que não se transforme no que está acontecendo na Chapada Diamantina em que são quase 50 mil hectares atingidos pelo fogo. V.Ex^a está de parabéns por trazer a esta Casa essa preocupação bastante importante.

A Sr^a ÂNGELA SOUSA:- Muito obrigada, deputado. Fica aqui o meu pedido, fica aqui a minha indignação, porque não podemos deixar que isso continue. Temos de avançar, protegendo, cuidando dessa área. Realmente, uma boa parte da Mata Atlântica.

Que Deus abençoe! Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a aniversariante de ontem, a minha querida amiga, deputado Luiza Maia pelo tempo de 8 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Eu o agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ao contrário do deputado Fábio Souto, quero dar os meus pêsames ao deputado Luciano Simões: um jovem com um discurso tão arcaico, tão conservador, tão reacionário, é realmente uma pena. Vemos um jovem naquela idade fazendo uma defesa de tudo que há de mais podre e mais atrasado. Olhe que eu não sou economista, deputado. Eu entendo muito pouco de economia, mas detesto esse

sistema capitalista. E direi a V.Ex^a o porquê. Sou uma pessoa que defendo a igualdade. Defendo a igualdade em todos os setores da vida. Acho que ninguém veio a este mundo para sofrer, para passar fome, para sofrer machismo, racismo, discriminação e tanta coisa ruim que ainda existe no mundo, não é só no Brasil.

Este sistema que todo mundo fica aí defendendo vai melhorar. Acho que agora a presidenta Dilma acordou. Não adiantou colocar representante do mercado financeiro, dos especuladores, do grande capital financeiro que só quer lucrar às nossas custas; que não quer produzir nada neste Brasil e, sim, ganhar dinheiro com esses juros altos. Ela viu que não deu certo. Esse representante dos banqueiros, dos grandes empresários, dos grandes latifundiários, que ganharam e ganham muito dinheiro neste Brasil; essa galera não deu um apoiozinho a ela. E ela acabou perdendo o apoio da base social do Partido dos Trabalhadores, quem ajudou elegê-la presidenta.

O Sr. Alex da Piatã:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Pois não. V.Ex^a é um jovem que, com certeza, não tem as ideias daquele jovem velho. Velho, não. Não gosto dessa expressão, mas atrasado, reacionário e conservador.

O Sr. Alex da Piatã:- Deputada Luiza Maia, quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento. Associar-me com relação às perspectivas dessa mudança no Ministério da Fazenda.

Deputada Luiza, o que é que acho que falta ao governo federal na figura até da presidente de República que nos visitará amanhã aqui em Salvador, participando da inauguração do trecho da estação Pirajá? O que eu acho que falta à presidenta da República? Aliás, a toda a classe política. Nesse caso específico à presidente da República. Acho que falta falar a verdade. Falar o que de fato aconteceu. Iniciamos um modelo econômico, ainda no governo Lula para enfrentar a crise mundial daquela época, que teve o seu tempo e que nós resistimos com bravura. Não foi à toa que o Brasil, no ano de 2010, cresceu 7% ao ano. Acontece que com o passar dos anos, havia sinais da economia de que esse modelo tinha chegado ao fim, precisava dar uma mexida na economia. Aí, eu acho que a presidente da República, a sua equipe econômica sobretudo a passada, não soube o momento certo de dar essa quinada, e nós gastamos muito tempo e chegamos a essa convulsão na economia por conta desses equívocos.

Além de tudo isso, a presidente teve o voto de confiança da população brasileira para exercer um novo mandato, e tem muita perspectiva de que, com essa mudança no Ministério da Fazenda, nós tenhamos, sim, uma nova guinada na economia.

Concordo com V.Ex^a, não adianta analisarmos friamente o mercado. Acho que o ministro Levy, apesar de ter tido uma participação na questão dos ajustes e passar uma certa confiança para o mercado, acho que ele ajudou muito a travar o crescimento do país nesse primeiro ano. Acho que a mão dele foi carregada demais. Então, me associo a V.Ex^a ao seu pronunciamento. Torcemos muito para que consigamos dar uma guinada na economia do nosso país.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Obrigada, deputado Alex. Além disso, acho que ele também jogou a conta da crise nas costas dos trabalhadores, e não pode ser dessa forma.

A crise não é do Brasil, a crise é do sistema, e todos sabem que o sistema hoje é globalizado. Hoje o mundo está comandado por 500 empreendedores, a economia do mundo está na mão dessas pessoas, a prova é que vemos em todos os lugares as grandes empresas transnacionais no Brasil.

Então, é um momento complicado, difícil, mas acho que a presidente acordou. Vamos mudar esse rumo. É preciso agora investir na produção do Brasil, mesmo com esse sistema do qual discordo, pois acho que é selvagem, perverso, falido, não resolve mais o problema da humanidade. Temos de produzir para satisfazer as necessidades dos seres humanos, e não para encher os bolsos de poucos empresários de dinheiro e deixar 1 bilhão e 600 milhões de pessoas morrendo de fome. Um sistema desse serve para quem? Para quem está ganhando numa boa e para quem quer continuar especulando. Precisamos fazer esse debate, essa discussão.

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a LUIZA MAIA:- O tempo está acabando, deputado Fábio Souto.

Temos de achar outras alternativas. Sou socialista, acho que a produção econômica do mundo tem de ser distribuída para todos. Aqui no Brasil o presidente Lula iniciou essa transformação, iniciou uma distribuição de riqueza através desses programas sociais, mas ainda foi uma coisa muito pequena, muito incipiente, mas foi uma virada muito grande para quem não tinha nem o que comer durante o dia. Nós tínhamos 40 milhões de brasileiros que viviam abaixo da linha da pobreza, que não eram cidadãos, eram pessoas que viviam à margem da sociedade, morrendo de fome, sem ter o que fazer.

Acho que Lula iniciou um processo de inclusão, mas isso incomodou aos que chamamos hoje de coxinhas, que viverem a vida inteira concentrando tudo que esse Brasil produzia, toda a sua riqueza nas mãos de poucos, e agora estão aí com essa confusão toda. Acho também, deputado Joseildo Ramos, que tem muito traço de machismo. O desrespeito que essa galera trata a nossa presidente é porque ela é mulher, a primeira presidenta nesse Brasil. Em nenhum momento se fez piadas e colocações em relação a outros presidentes, como acontece com a presidenta.

Hoje temos alternativas. Na semana passada esta Casa fez um debate sobre a economia solidária. Precisamos entender o que é isso. É uma outra filosofia de produção, é uma outra filosofia que não tem a exploração de quem lucra explorando um monte de pessoas, o lucro vai todo para o seu bolso e dá um salário de fome para os trabalhadores, a grande maioria que produz a riqueza daquele dono. Na economia solidária a coisa é um pouco diferente.

Precisamos achar uma alternativa para a questão da distribuição da riqueza, a questão da economia no mundo e no nosso país. Como aqui é o nosso pedaço, temos de discutir isso.

A economia solidária é uma importante alternativa, só que ninguém valoriza, o poder público não valoriza, as pessoas não conhecem, mas acho que está na hora de colocarmos isso em pauta e fazermos o enfrentamento. O sistema capitalista está falido, mas ele tem força armada, tem a força da grana, tem todo tipo de força política e consegue passar por essas crises, jogando a responsabilidade de quem ganha menos, que é o trabalhador, e daqui a pouco eles estão ganhando mais e mais dinheiro.

(Não foi revisto pela oradora nem pelo apanteante.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Em votação o requerimento nº 8.617/2015 do deputado Zé Neto que solicita regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 21.660/2015. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado contra os votos dos deputados de oposição presentes.

Próximo projeto. Em votação o Projeto de Lei nº 21.599/2015, que dispõe sobre a organização e funcionamento das universidades estaduais da Bahia. Faltam os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça; da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; e da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo o deputado Herzem Gusmão para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, colegas desta Casa, vocês que nos acompanham através da *TV Assembleia*, (Lê) *“Tenho a honra de submeter a apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, o anexo Projeto de Lei, que 'dispõe sobre a organização e funcionamento das Universidades Estaduais da Bahia, revoga a Lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997, e dá outras providências.'"*

A presente Proposição visa a conferir às Universidades Estaduais da Bahia maior autonomia didático-científica, garantindo ampliação da sua democracia interna. A referida Proposta constitui-se em normativo amplo e geral, a fim de possibilitar a organização interna das Universidades Estaduais de acordo com as suas peculiaridades, bem como promove a revogação da Lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997; atendendo, portanto, a reivindicação histórica da comunidade acadêmica.

O Governo do Estado da Bahia cumpriu o compromisso de ouvir todos os segmentos das Universidades Estaduais da Bahia e, deste trabalho conjunto, restaram assegurados os interesses comuns, consolidados na Proposição que ora se apresenta.

Conforme previsto no art. 79, da Constituição do Estado, solicito que, na apreciação do presente Projeto de Lei, seja observado o regime de urgência, valendo-me do ensejo para renovar, a Vossa Excelência e aos seus dignos pares, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Rui Costa, Governador do Estado da Bahia.”

(Lê) “Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.599/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'dispõe sobre a organização e funcionamento das Universidades Estaduais da Bahia, revoga a Lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997, e dá outras providências'.

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exmº Sr. Governador, o projeto que ora venho relatar, com o objetivo de “conferir às Universidades Estaduais da Bahia maior autonomia didático-científica, garantindo ampliação da sua democracia interna”, constituindo-se, a proposta, 'em normativo amplo e geral, a fim de possibilitar a organização interna das Universidades Estaduais de acordo com as suas peculiaridades, bem como promove a revogação da Lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997; atendendo, portanto, a reivindicação histórica da comunidade acadêmica', segundo registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem, na qual ressalta ainda que 'o Governo do Estado da Bahia cumpriu o compromisso de ouvir todos os segmentos das Universidades Estaduais da Bahia e, deste trabalho conjunto, restaram assegurados os interesses comuns, consolidados na Proposição que ora se apresenta.'

A proposição contém, além da caracterização e finalidades das instituições, a constituição de suas receitas e patrimônio e do seu quadro de pessoal, trazendo ainda, no Anexo Único, o seu quadro de cargos temporários.

O projeto não recebeu emendas, e, encontrando-se em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do meu querido deputado Herzem Gusmão no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado à unanimidade.

Em votação, no Plenário, o Projeto de Lei nº 21.599/2015, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Universidades Estaduais da Bahia e revoga a Lei nº 7.176 de 10 de setembro de 1997, e dá outras providências.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 21.599/2015

Dispõe sobre a organização e funcionamento das Universidades Estaduais da Bahia, revoga a Lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA CARACTERIZAÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1º - A Universidade do Estado da Bahia - UNEB, criada pela Lei Delegada nº 66, de 01 de junho de 1983, a Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, criada pela Lei nº 2.784, de 24 de janeiro de 1970, e alterada pela Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, criada pela Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980, e a Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, criada pela Lei nº 6.344, de 05 de dezembro de 1991, e reorganizada pela Lei nº 6.898, de 18 de agosto de 1995, são entidades autárquicas vinculadas à Secretaria da Educação, dotadas de personalidade jurídica de direito público, autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, com sede e foro, respectivamente, nas cidades de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista e no Km 16 da BR 415 - Rodovia Ilhéus/Itabuna.

Art. 2º - As Universidades Estaduais da Bahia, integrantes do Sistema de Educação Superior, ficam constituídas pelos cursos atualmente em funcionamento, sem prejuízo de outros que venham a ser criados, expandidos, modificados e extintos, observado o Plano Plurianual de Investimentos, a disponibilidade orçamentária para atendimento das respectivas despesas de pessoal, bem como a existência de Quadro de Pessoal compatível.

Art. 3º - As Universidades Estaduais da Bahia têm por finalidade desenvolver a Educação Superior de forma harmônica e planejada, promovendo a formação humana e aperfeiçoamento acadêmico, científico, tecnológico, artístico e cultural, o ensino, a pesquisa e extensão, de modo indissociável, voltada para as questões do desenvolvimento humano e socioeconômico, em consonância com as peculiaridades regionais.

Art. 4º - A organização e o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas das Universidades serão estabelecidos por Estatuto Jurídico Especial, para atender a suas peculiaridades.

§ 1º - As Universidades obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurando-se a existência de órgão colegiado deliberativo, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional, na forma do Estatuto Jurídico Especial e Regimento próprio.

§ 2º - O Estatuto de que trata o *caput* deste artigo será aprovado pelo órgão colegiado competente da Universidade e homologado pelo Conselho Estadual de Educação.

CAPÍTULO II

DAS RECEITAS E DO PATRIMÔNIO

Art. 5º - O orçamento fiscal do Estado consignará dotação orçamentária para as despesas de pessoal, manutenção, custeio e investimento para as universidades, nos limites da disponibilidade orçamentária dos recursos próprios do Tesouro Estadual.

Art. 6º - Constituem receitas das Universidades Estaduais da Bahia:

I - dotações consignadas no orçamento fiscal do Estado e outras dotações que, a qualquer título, lhes forem atribuídas nos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - rendas patrimoniais e as provenientes da prestação de serviços;

III - produto de operações de crédito;

IV - subvenções, auxílios e legados;

V - recursos oriundos de convênios e outros que lhes forem atribuídos.

Art. 7º - Constituem patrimônio das Universidades Estaduais da Bahia:

I - bens, móveis e imóveis, materiais e imateriais, direitos e valores que lhes pertençam;

II - bens, móveis e imóveis, direitos e valores que, a qualquer título, lhes sejam assegurados ou transferidos;

III - o que vier a ser constituído na forma da lei.

Parágrafo único - Os bens, móveis e imóveis, e direitos das Universidades Estaduais da Bahia serão utilizados, exclusivamente, no cumprimento de seus objetivos, permitida, a critério dos respectivos órgãos de deliberação superior, sua aplicação para obtenção de receitas.

Art. 8º - Para consecução de suas finalidades, poderão as Universidades Estaduais da Bahia celebrar contratos, convênios e ajustes com instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais.

CAPÍTULO III

DO PESSOAL

Art. 9º - O pessoal das Universidades Estaduais da Bahia será regido pela Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia e pela Lei nº 8.352, de 02 de setembro de 2002 - Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia, observada a legislação relativa às Instituições de Ensino Superior e às normas aplicáveis aos servidores públicos civis do Estado.

Art. 10 - As Universidades adotarão, na administração dos seus Quadros de Pessoal, inclusive de cargos de provimento temporário, as disposições estabelecidas nos respectivos planos de carreira e normas legais específicas que disciplinem a matéria.

Art. 11 - O Quadro de Cargos de provimento temporário das Universidades Estaduais da Bahia é o constante do Anexo Único desta Lei.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12 - As Universidades poderão instituir órgãos suplementares destinados a auxiliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão e execução de programas por elas aprovados, cuja organização e competências serão estabelecidas em ato normativo próprio.

Art. 13 - Enquanto não forem editados os Estatutos de que trata o art. 4º desta Lei, fica mantida a atual organização administrativa e acadêmica das Universidades Estaduais da Bahia.

Art. 14 - Fica revogada a Lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO ÚNICO

UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA CARGOS TEMPORÁRIOS

CARGOS	SÍMBOLO	UNEB	UEFS	UESB	UESC
Reitor	DAS-2A	1	1	1	1
Vice-Reitor	DAS-2C	1	1	1	1
Pró-Reitor	DAS-2C	4	4	4	4
Chefe de Gabinete	DAS-2C	1	1	1	1
Assessor Especial	DAS-2C	2	2	2	2
Procurador Chefe	DAS-2C	1	1	1	1
Assessor Chefe	DAS-2C	1	1	1	1
Chefe de Unidade	DAS-2C	1	5	1	1
Diretor	DAS-2C	32	9	18	15
Diretor	DAS-3	5	2	5	5
Assessor de Comunicação Social I	DAS-3	1	1	1	1
Assessor Técnico	DAS-3	12	8	4	8
Secretário Especial de Registro de Diplomas	DAS-3	1	1	1	1
Coordenador de Colegiado	DAS-3	71	28	28	26
Gerente	DAS-3	17	8	9	8
Coordenador II	DAS-3	8	8	4	6
Prefeito do Campus	DAS-3	5	1	3	1
Secretário Geral de Cursos	DAS-3	1	1	1	1
Subgerente	DAI-4	35	22	25	19
Coordenador III	DAI-4	134	45	43	17
Assessor Administrativo	DAI-4	7	3	1	3
Secretário de Conselhos	DAI-4	1	1	1	1
Assistente Financeiro	DAI-4	4	4	2	-
Secretário Administrativo I	DAI-5	15	16	11	15
Oficial de Gabinete	DAI-5	1	1	1	1
Coordenador IV	DAI-5	60	13	2	18
Secretário Acadêmico	DAI-5	23	-	-	-
Secretário de Departamento	DAI-5	40	9	15	14
Secretário de Colegiado	DAI-5	71	28	20	26
Secretário Assistente	DAI-5	31	-	-	-

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O projeto irá para a sansão de S. Ex^a o Governador Rui Costa.

O próximo é o Projeto de Lei nº 21.615/2015 do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Empresa Baiana de ativos S.A - BAHIAINVESTE e dá outras providências.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Vou suspender a sessão por até dez minutos, tendo em vista que o parecer ainda está sendo negociado entre os Líderes da Base do Governo e da Oposição.

(Sessão suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Reabro os trabalhos, tendo em vista que já chegaram a um consenso.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.615/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'autoriza o Poder Executivo a instituir a Empresa Baiana de Ativos S.A - BAHIAINVESTE e dá outras providências.'*

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exmº Sr. Governador, o projeto que ora venho relatar, com o objetivo de criar a Empresa Baiana de Ativos S.A - BAHIAINVESTE.

A medida proposta 'tem por objetivo instituir sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, denominada Empresa Baiana de Ativos S.A. - BAHIAINVESTE, cujo objeto precípua é a identificação e articulação das oportunidades de exploração eficiente de ativos do Estado da Bahia e realização de investimentos em empreendimentos considerados estratégicos', conforme registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem.

Vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a BAHIAINVESTE terá, entre outras finalidades: estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros junto ao mercado financeiro ou de capitais, lastreados ou não nos ativos integrantes do seu patrimônio, para a viabilização de investimentos considerados estratégicos pelo Estado da Bahia; auxiliar o Estado na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da BAHIAINVESTE; identificar e articular oportunidades de exploração eficiente de ativos do Estado da Bahia; e realizar investimentos em empreendimentos considerados estratégicos pelo Estado da Bahia.

Para consecução dos seus fins a BAHIAINVESTE poderá, entre outras atividades: celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a Administração Direta ou Indireta, inclusive consórcios públicos, e com organizações privadas; explorar, gravar e alienar onerosamente os bens integrantes de seu patrimônio; prestar garantias reais e fidejussórias e contratar seguros, no interesse dos seus objetivos legais e estatutários; contrair empréstimos e emitir títulos, nos

termos da legislação em vigor; participar ou constituir fundos de investimentos, inclusive fundos de investimentos em empresas emergentes, sociedades de propósitos específicos, emitir debêntures e outras formas de investimentos ou empreendimentos considerados estratégicos pelo Estado, e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto; captar recursos ou estruturar operações ou fundos que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Estado; criar fundos de investimento e participações, de acordo com as normas e regras da CVM, que serão administrados por instituições financeiras com experiência comprovada na área de estruturação de projetos e gestão de fundos de investimento; e criar fundos garantidores de obrigações financeiras em projetos de infraestrutura, em montantes e condições prefixadas e desde que os projetos que vierem a ser apoiados tenham classificação de risco compatível com as práticas de mercado para projetos semelhantes, em classificação outorgada por pelo menos 2 (duas) agências privadas de classificação de risco de primeira linha.

A proposição prevê ainda a composição do patrimônio da BAHIAINVEST, que estará sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, a qual terá em sua estrutura o Conselho de Administração, composto por cinco membros; o Conselho Fiscal, composto por três membros; e a Diretoria Executiva, composta por até três membros, sendo todos os membros indicados pelo Governador do Estado.

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria da Deputada Fabíola Mansur, exigindo lei específica que autorize a empresa para alienar, explorar ou gravar bens integrantes do seu patrimônio. Opino pela rejeição. Conforme se depreende da finalidade legal, a constituição da empresa se dará na forma de sociedade de economia mista, sendo regida pelo Direito Privado. Com efeito, a justificativa apresentada na referida Emenda elucida a questão: os bens públicos, para doutrina clássica, são aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de Direito Público, sendo que os demais configuram-se bens particulares. A Ilma. Deputada aponta com precisão que os bens das sociedades de economia mista são considerados bens privados.

Como se sabe, a Constituição Federal autoriza que a Administração Pública utilize instrumentos disciplinados no Direito Privado quando eles sejam mais adequados para a consecução do interesse coletivo. As empresas públicas e sociedades de economia mista são exemplos desses instrumentos. O fato de a empresa estatal estar sujeita ao regime jurídico de direito privado não afasta dela os controles e princípios da administração pública. As empresas estatais, por exemplo, estão sujeitas à lei de licitações, ou a regulamentos de compras, à prestação de contas aos órgãos de controle e aos princípios previstos na Constituição Federal para a gestão pública.

Contudo, incluir previsões típicas de regimes da administração direta, como é o caso de autorização para a disponibilidade de seu próprio patrimônio, é tornar inócua a opção governamental da utilização da empresa pública ou sociedade de

economia mista.

No particular, a exigência de autorização legislativa específica para a alienação do patrimônio da estatal, bem como para gravar seus bens quando da estruturação de projetos de investimentos, poderá inviabilizar a agilidade almejada pelo regime da sociedade da economia mista.

Ressalte-se, por oportuno, que para a transferência de qualquer bem público para o patrimônio da BAHIAINVESTE é necessária autorização legal específica, mas exigir nova autorização para a disponibilidade desse bem quando da estruturação de um projeto específico de interesse da atividade governamental é medida que não encontra respaldo no regime da empresa estatal não dependente.

Assim, a presente emenda não deve ser acolhida, uma vez que não possui amparo legal e não está consoante com os fins propostos no Projeto de Lei que constitui a BAHIAINVESTE.

Ante o exposto, e encontrando-se a proposição em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Parecer do nobre deputado Pablo Barroso, no âmbito das comissões. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

No plenário, em votação o Projeto de lei nº 21.615/2015, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Empresa Baiana de Ativos, BAHIAINVESTE.

Em votação, no plenário. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram . Aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 21.615/2015

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Empresa Baiana de Ativos S.A. - BAHIAINVESTE e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir sociedade de economia

mista, com personalidade jurídica de direito privado, denominada Empresa Baiana de Ativos S.A. - BAHIAINVESTE, com patrimônio e receitas próprios, com autonomias gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, ficando sujeita ao regime jurídico próprio das Sociedades Anônimas, observadas as regras desta Lei.

§ 1º - A BAHIAINVESTE terá sede e foro na cidade de Salvador, no Estado da Bahia.

§ 2º - A BAHIAINVESTE integrará a Administração Pública indireta, e vincular-se-á à Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE.

§ 3º - A BAHIAINVESTE terá prazo de duração indeterminado.

Art. 2º - A BAHIAINVESTE terá, entre outras, as seguintes finalidades:

I - explorar e alienar os ativos integrantes de seu patrimônio;

II - estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros junto ao mercado financeiro ou de capitais, lastreados ou não nos ativos integrantes do seu patrimônio, para a viabilização de investimentos considerados estratégicos pelo Estado da Bahia;

III - auxiliar o Estado na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da BAHIAINVESTE;

IV - assessorar o Estado da Bahia colaborando com o sistema estadual de finanças nos assuntos relacionados às participações acionárias do Estado, incluindo seus Fundos Estaduais;

V - identificar e articular oportunidades de exploração eficiente de ativos do Estado da Bahia;

VI - realizar investimentos em empreendimentos considerados estratégicos pelo Estado da Bahia.

Art. 3º - A participação da BAHIAINVESTE em sociedades empresárias deverá observar as seguintes condições:

I - não detenha a maioria absoluta do capital votante;

II - a sociedade não seja controlada, direta ou indiretamente, por Unidade da Federação;

III - a sociedade seja constituída na forma de Sociedade por Ações;

IV - que a sociedade tenha por objeto a implantação de projetos estruturantes ou prioritários do Estado da Bahia.

Art. 4º - Para consecução dos seus fins a BAHIAINVESTE poderá:

I - celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a Administração Direta ou Indireta, inclusive consórcios públicos, e com organizações privadas;

II - explorar, gravar e alienar onerosamente os bens integrantes de seu patrimônio;

III - prestar garantias reais e fidejussórias e contratar seguros, no interesse dos seus objetivos legais e estatutários;

IV - contrair empréstimos e emitir títulos, nos termos da legislação em vigor;

V - participar ou constituir fundos de investimentos, inclusive fundos de investimentos em empresas emergentes, sociedades de propósitos específicos, emitir debêntures e outras formas de investimentos ou empreendimentos considerados estratégicos pelo Estado, e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto;

VI - captar recursos ou estruturar operações ou fundos que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Estado;

VII - elaborar estudos técnicos sobre a viabilidade econômico-financeira em projetos de interesse do Estado;

VIII - criar fundos de investimento e participações, de acordo com as normas e regras da CVM, que serão administrados por instituições financeiras com experiência comprovada na área de estruturação de projetos e gestão de fundos de investimento;

IX - criar fundos garantidores de obrigações financeiras em projetos de infraestrutura, em montantes e condições prefixadas e desde que os projetos que vierem ser apoiados tenham classificação de risco compatível com as práticas de mercado para projetos semelhantes, em classificação outorgada por pelo menos 2 (duas) agências privadas de classificação de risco de primeira linha.

Art. 5º - A BAHIAINVESTE estará sujeita à fiscalização do sistema de controle interno próprio de cada Poder e do Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO II DO PATRIMÔNIO

Art. 6º - A BAHIAINVESTE operará mediante o regime de capital social autorizado, que será composto por ações ordinárias ou preferenciais nominativas, sem valor nominal, podendo o Estado integralizá-lo em dinheiro, ou em bens e direitos avaliados na forma da legislação pertinente.

§ 1º - Poderão participar do capital da BAHIAINVESTE outras entidades da Administração Estadual, desde que o Estado mantenha, no mínimo, a titularidade direta da maioria das ações com direito a voto.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever e integralizar o capital da BAHIAINVESTE com os seguintes bens e direitos, na forma do “caput” deste artigo:

I - bens móveis e imóveis que adquirir, e por aqueles que lhe forem transferidos ou doados pelo Estado, por outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por pessoas físicas;

II - ações ordinárias ou preferenciais de titularidade do Estado e de suas autarquias, no capital de sociedades anônimas, que não sejam necessárias para assegurar o exercício do respectivo poder de controle em caráter incondicional;

III - títulos da dívida pública, emitidos na forma da legislação aplicável;

IV - outros bens e direitos de titularidade direta ou indireta do Estado, inclusive recursos federais cuja transferência independa de autorização legislativa específica.

Art. 7º - O capital social inicial da BAHIAINVESTES será representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, a ser integralizado pelo Estado da Bahia em moeda corrente com recursos do Tesouro.

Parágrafo único - Para atender ao disposto nesta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a adaptar instrumentos de planejamento financeiro e, nos termos dos artigos 40 a 43; 45 e 46 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir crédito adicional no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ao orçamento corrente, bem como reabri-lo pelo seu saldo para o exercício seguinte.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à abertura do capital social da BAHIAINVESTES, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários, desde que mantida, em caráter incondicional, a maioria absoluta do respectivo capital votante.

Art. 9º - A sociedade, para a consecução de seu objeto social, não poderá receber do Estado recursos financeiros para pagamento das despesas de pessoal ou de custeio em geral, vedada sua atuação como empresa dependente do Tesouro, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA

Art. 10 - A BAHIAINVESTES contará com os seguintes órgãos:

I - Conselho de Administração, composto por cinco membros;

II - Conselho Fiscal, composto por três membros;

III - Diretoria Executiva, composta por até três membros.

§ 1º - Os membros do Conselho de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva serão indicados pelo Governador do Estado.

§ 2º - É permitida a participação dos membros da Diretoria Executiva nas reuniões do Conselho de Administração e Fiscal, sem direito a voto.

§ 3º - Os membros dos Conselhos respondem pelos danos resultantes de omissão do cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo, ou com violação do estatuto.

Art. 11 - A supervisão e controle técnico da consultoria e assessoria jurídica da BAHIAINVESTE será competência da Procuradoria Geral do Estado da Bahia.

Art. 12 - O Estatuto da BAHIAINVESTE deverá descrever requisitos mínimos para a assunção das funções de Diretoria e de membro dos Conselhos da BAHIAINVESTE, considerando a complexidade e conhecimentos técnicos necessários às atribuições.

CAPÍTULO IV DAS CONTRATAÇÕES

Art. 13 - Para aquisição de bens e serviços, a BAHIAINVESTE submeter-se-à às disposições da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, podendo elaborar regulamento especial, nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993, observados os princípios que regem a Administração Pública.

§ 1º - O regulamento a que se refere este artigo, após aprovado pelo Conselho de Administração e por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual, deverá ser publicado na imprensa oficial.

§ 2º - A BAHIAINVESTE poderá realizar contratações de serviços técnicos especializados para a consecução de seus objetivos.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14 - Ato do Chefe do Poder Executivo aprovará o Estatuto da BAHIAINVESTE, que somente poderá ser alterado pela Assembleia Geral da BAHIAINVESTE, com aprovação daquele, ouvido o Conselho de Administração.

Art. 15 - O Estado da Bahia deverá tomar as providências necessárias à instituição da BAHIAINVESTE no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 16 - As demonstrações contábeis e financeiras da BAHIAINVESTE deverão ser submetidas à auditoria independente legalmente habilitada.

Art. 17 - A política de investimento da BAHIAINVESTE será disciplinada em Decreto do Poder Executivo Estadual.

Art. 18 - A BAHIAINVESTE poderá instituir subsidiária integral para o desenvolvimento de seus objetivos legais e estatutários

Art. 19 - A BAHIAINVESTE deverá aprovar formalmente política de divulgação das suas informações, política de administração de riscos e política de transações com partes interessadas e ainda adotar as melhores práticas de governança corporativa aplicáveis às empresas estatais.

Art. 20 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O projeto irá para a sanção da S. Ex^a Sr. Governador.

Srs. Deputados, existem alguns projetos de deputados já na minha mão, inclusive, que foram aprovados aqui em regime de urgência, que vamos votar na quarta-feira.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, o deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, eu tenho um projeto importante para o nosso Estado, que se refere à capoeira nas Escolas Públicas do nosso Estado da Bahia. Conversei com o nobre presidente da comissão CCJ, mas me parece que amanhã não será possível apreciar isso.

Quero solicitar de V.Ex^a para que esse projeto pudesse ter o Parecer aqui no plenário data vênia V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, assumi um critério assim: o projeto que tiver o “ok” do Presidente da comissão, deputado Fabrício; do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Joseildo; do Líder da Oposição Sandro Régis; e do Líder do Governo Zé Neto eu coloco em votação.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Então, vou pedi as assinaturas dos três e V.Ex^a coloca para votar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Dos quatro.

Vou repetir aqui: para votar projetos quarta-feira, exceto os que já foram aprovados em regime de urgência, se tiver assinatura do deputado Fabrício, que foi o presidente da comissão; do deputado Joseildo, que é o presidente da comissão de Constituição e Justiça; do Líder do Governo Zé Neto e do Líder de Oposição Sandro Régis, desses quatro eu coloco para votar quarta-feira.

Então, estamos delegando essas quatro pessoas. Vou repetir, porque vários deputados sabe do apreço que tenho por V. Ex^a e eu gostaria que ficasse sobre a minha responsabilidade

O projeto que chegar com a assinatura do deputado Fabrício que representa a comissão, do deputado Joseildo que é Presidente da Comissão de Justiça, do deputado Sandro Régis, que é o Líder de Oposição e o deputado Zé Neto, aí eu coloco em votação.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo

Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, a minha sugestão, não desfazendo dos colegas desta Casa é que os projetos para serem votados aqui precisam apenas de duas assinaturas, que são dos Líderes de Governo e de Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem, tudo bem. Estou querendo, veja bem, chegando aqui deputado Sandro e deputado Zé Neto, geralmente eu defiro e não vou negar, claro. Mas, veja bem, criamos uma comissão e não quero passar por cima desta comissão.

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, a comissão no meu modo de ver é para direcionar o projeto. Quem tem dispensa de formalidade é o Líder de Oposição e de Governo. O que a Oposição pode fazer é sugerir os projetos para os líderes, e estes fazem a dispensa de formalidades.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Deputado Sandro, V.Ex^a tem toda razão. Eu quis tirar da responsabilidade de V.Ex^{as}, porque a pressão dos deputados será muito grande. Estou querendo apenas preservá-los.

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, o líder tem que ter o seu ônus e o seu bônus e estamos preparado para isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas veja bem, só coloco em votação tendo as assinaturas dos dois, mas tem que passar pela Comissão de Justiça.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, com as assinaturas dos dois líderes não precisa nem passar pela comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado veja bem, legalmente com as assinaturas dos dois eu já posso colocar em votação. Tudo bem. Só estou querendo que os deputados usem o bom senso de passar pela Comissão de Constituição e Justiça...

O Sr. Adolfo Viana:- Mas, Sr. Presidente, desculpe interrompê-lo. O deputado Fabrício Falcão é responsável pela comissão que foi criada para identificar os projetos que estão prontos. Ele vai identificar e encaminhar para os líderes.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, quero também apontar algo que é importante. O Fabrício é responsável por fazer uma triagem daqueles projetos que a priori poderiam tramitar. Esta é a função. Tudo bem.

Na Comissão de Constituição e Justiça nunca decidi sozinho, não tenho capacidade para fazer isso, porque existe um conjunto na comissão. Acho que se o Líder do Governo ou o Líder da Oposição quiserem assumir isso e deixar de lado a questão da admissibilidade do projeto, principalmente, deputado Adolfo Viana, que tenho ouvido reiteradas vezes V.Ex^a pugnar pela legalidade dos atos desta Casa.

Então, não podemos correr riscos e nunca deixamos, deputado Sidelvan... estamos à disposição e não temos problema de votarmos os projetos dos deputados.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, rapidamente só para concordar. Estou concordando, deputado Joseildo, com o que V.Ex^a acabou de dizer. O que ficou estabelecido é que foi criada uma comissão e essa comissão só tem a capacidade de fazer a triagem dos projetos que já passaram pela Comissão de Constituição e Justiça. Não é isso mesmo, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, ele pega o projeto e entrega na Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Adolfo Viana:- Então, passado pela Comissão de Constituição e Justiça passa para as assinaturas dos líderes, mas tem que passar pela comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É isso que estou falando tem que ter pelo menos... como o deputado Joseildo é um deputado experiente, legalmente com as assinaturas de Zé Neto e Sandro Régis já posso colocar para votar. Mas como deputado Joseildo é experiente... para que nós não votemos projetos inconstitucionais e o governador seja obrigado a vetar...

O Sr. Adolfo Viana:- Eu por exemplo estou com um projeto para ser apreciado e ele só foi para esta comissão depois de ter passado pela CCJ.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, é o contrário. Primeiro passa na dele para depois ir para a CCJ.

Faço um apelo que os projetos sejam entregues ao deputado Joseildo para que ele possa conversar com o deputado Sandro Régis. Deputado Sandro, deputado Marcell só para organizar, porque sei que os deputados vão me procurar para votar. Peço aos deputados que entreguem, amanhã, ao deputado Joseildo e que faça uma triagem e leva para V.Ex^{as}.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, posso dar uma sugestão?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pode.

O Sr. Sandro Régis:- Os Srs. Deputados Joseildo e Fabrício Falcão entregam aos líderes os que estão aptos a serem votados. Os que não estiverem aptos nem se discute.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A minha ideia era esta.

O Sr. Sandro Régis:- Então o que estiver apto a ser votado, dispensamos as formalidades e votamos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A minha ideia é esta. Os projetos que estiverem aptos a serem votados, serão entregues à V.Ex^{as}.

Srs. Deputados amanhã haverá votação de mais dois projetos.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.